

A derrota do imperador começa em 92

A disputa eleitoral deste ano traz um grande desafio para o PT. É o momento de derrotar Collor nas urnas, ampliar nossa presença nas prefeituras e casas legislativas e construir um campo de oposição ao governo federal através de alianças com partidos de esquerda e progressistas. O documento sobre a tática e a política de alianças aprovado pelo DN está nas páginas 4, 5 e 6

Quem são nossos aliados

O debate sobre política de alianças esquentou a reunião do Diretório Nacional de 1 e 2 de fevereiro. Marco Aurélio Garcia, Arlete Sampaio e José Luis Fevereiro prosseguem a discussão nas páginas 6 e 7



Vamos virar o jogo

Prefeituras: o sucesso do PT

O modo petista de governar é uma realidade. E um sucesso também. Participação popular e transparência são ingredientes de uma receita que dá certo em todas as regiões do país. O secretário de Assuntos Institucionais, Jorge Bittar, fala desse sucesso nas páginas 8 e 9

Está na hora de derrotar a política predatória de Collor. Para isso, temos que estar nas ruas apoiando as lutas dos aposentados e dos sindicatos contra a recessão e o desemprego. Leia o Plano de Mobilização para fevereiro e março aprovado pelo Diretório Nacional na página 3

Violência no Amapá

O atentado contra o vereador petista Pery Arquilau desmascara a prática mafiosa e o abuso do poder encastelados no palácio do governo.

Página 16

Mágica Parlamentarista

Cresce a onda parlamentarista. Esta é a bandeira de setores da direita para enfrentar a crise política provocada pelo governo Collor. Mas, curiosamente, setores de esquerda e até do PT estão embarcando nesta.

Esta proposta tem um caráter mágico e se apresenta como democrática, embora seja golpista. Isto é humano, ninguém gosta de ser visto como defensor de idéias autoritárias. Aos trabalhadores interessa o sistema de governo mais democrático. É por isso que defendemos o presidencialismo e uma tática democrática para o PT.

A história do parlamentarismo no Brasil é longa e triste. Começou com a independência e foi até o fim do Império, intimamente ligada ao trabalho escravo. Esperamos que não ocorra a ninguém a idéia de salientar as virtudes democráticas deste parlamentarismo escravista.

Costuma-se ressaltar deste período a estabilidade que teria sido propiciada pelo parlamentarismo. É duvidoso que esta seja uma virtude a ser louvada por oprimidos. Felizmente, esta estabilidade só existe nos livros de história oficial, que procura esconder dezenas de rebeliões populares no Brasil do século passado.

Sob a República, o parlamentarismo fez sua reaparição em 1961, através das baionetas de militares golpistas, que tentaram impedir a posse de João Goulart. Isto foi o ensaio geral do golpe de 64, que em seu rastro deixaria uma herança de repressão, tortura e eleições indiretas. Qualquer tipo de parlamentarismo significaria mais poderes para o Legislativo. Isso impõe a necessidade de um exame do caráter do parlamento e do sistema eleitoral através do qual ele é eleito.

Ao contrário do que se pode imaginar, nas eleições proporcionais não prevalece o princípio de que a cada cidadão corresponde um voto. Isso só vale para eleições majoritárias. Certamente por isso as forças progressistas têm conquistado alguns sucessos nestas disputas.

Para as eleições proporcionais a lógica é outra. Ela protege os fundões. O voto de um eleitor do Acre, por exemplo, vale 16 vezes mais do que o voto de um eleitor do Centro-Sul. Este sistema assegura uma sobre-representação das regiões mais atrasadas do País, em detrimento das regiões mais adiantadas.

Além disso, as eleições proporcionais são o campo do abuso do poder econômico e do clientelismo. O debate, quando ocorre, é paroqui-

al e despolitizado. É esta câmara escura que faz com que o Congresso Nacional seja uma imagem real invertida da sociedade. Nele os setores majoritários da sociedade são minorias insignificantes.

Vale ainda registrar que em qualquer mudança no sistema eleitoral terá que passar pelo Congresso Nacional. Este mesmo que tem se distinguido por uma longa história de subserviência fisiológica ao Poder Executivo, sem dúvida porque padece de ilegitimidade congênita.

Mas os problemas do parlamentarismo não ocorrem apenas nos trópicos. As ditaduras burocráticas do Leste Europeu eram também parlamentaristas. O sistema de governo do Iraque de Sadan Hussein é parlamentarista. E mesmo na Inglaterra, berço reconhecido da democracia, este sistema de governo tem seus problemas, praticamente exclui da representação institucional minorias significativas, como é o caso do eleitorado do Partido Liberal. Este partido já chegou a obter 20% nas eleições para conquistar apenas 2% das cadeiras do parlamento. É verdade que, neste caso, o parlamentarismo é combinado com um caprichoso voto distrital.

Hoje, muitos companheiros buscam angustiados uma palavra de

ordem mágica capaz de mobilizar o povo. Na década passada, eles achavam que a luta pela constituinte, cheia de pré-requisitos, poderia cumprir este papel. Isto não comoveu ninguém e o PT agiu com sabedoria ao não embarcar neste canto de se-reia. O centro da atividade partidária deve ser a mobilização do povo contra a política do governo Collor. A idéia do parlamentarismo Já não será capaz de mobilizar porque, ainda que intuitivamente, o povo conhece o parlamento e o governo ainda não está completamente esgotado. Isto significa que a aprovação do parlamentarismo teria um caráter golpista e favoreceria à direita. Por todas essas razões, o PT deve manter sua tradição democrática e anti-golpista, lutar para derrotar o governo Collor através da mobilização popular nas ruas, demarcando-se de golpistas e oportunistas, cujo principal objetivo é participar do governo para aplicar a mesma política desastrosa de Collor.

Quando fomos capazes de operar, através da mobilização popular, uma significativa alteração na correlação de forças, poderemos estabelecer outros objetivos, que devem ser democráticos e populares.

Atos Pereira

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$6.000,00

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ Estado _____



TODA QUINZENA **ESTAMOS BOTANDO BANCA!** NAS BANCAS

BRASIL AGORA

LEIA E ASSINE

ASSINATURAS PELOS TELEFONES (011) 222.6318 e 220.7718

BOLETIM NACIONAL

FEVEREIRO/92 - Nº 61

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP
Fones (011) 223.7999/7904
ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação
João Machado
Secretário Adjunto
Markus Sokol
Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321
Colaboradores
Cintia Campos, Marília Boschetto, Márcio Araújo (Brasília)
Edição Eletrônica
Caco Bisol
Fotolito Artegraf
IMPRESSÃO: Intergrância Impressos e Editora Ltda. Tel: 469-8222

Vamos às ruas

Aprovado pelo DN o plano de mobilização para fevereiro e março

Seguindo orientação aprovada no I Congresso do PT e decisão da CEN, a Secretaria Geral Nacional e o Coletivo Nacional da Secretaria Nacional de Organização apresentaram ao DN uma proposta de mobilização do Partido tendo como apoio a presença do companheiro Lula na realização de atos públicos, caravanas, vigílias e apoio à luta e a manifestações sindicais e populares. O objetivo central do plano de mobilização é colocar no "centro de nossa intervenção política na conjuntura: a construção de um amplo movimento de oposição popular e institucional às políticas do Governo e a seu projeto neoliberal" (Resolução sobre Conjuntura e Tática do I Congresso do PT).

Nessa mesma resolução nosso objetivo político é "inviabilizar e derrotar as políticas predatórias de Collor de Melo, fazendo prevalecer social e institucionalmente uma saída democrática e popular para a crise do País".

Levando em consideração que o processo eleitoral já está em curso, internamente o Partido já discute programas, candidaturas e alianças, faz-se necessário nos próximos dois meses - fevereiro e março - realizar esse esforço de mobilização popular e de apoio às lutas como as dos aposentados e dos sindicatos, contra a recessão e o desemprego.

Nessas mobilizações, o PT assumirá a "defesa da proposta de antecipação do plebiscito sobre parlamentarismo x presidencialismo, com eleições gerais e amplas reformas democráticas, impedindo assim uma saída por cima, mais um pacto das elites. E não hesitará em recorrer ao impedimento do presidente Collor em defesa da democracia, caso se caracterize jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente (segundo a mesma resolução). Nas mobilizações, o PT apresentará palavras de ordem e panfletos dentro dessa orientação e a partir da Campanha de Emergência e da Plataforma aprovadas no I Congresso e que servirão de base para a mobilização conjunta com o movimento sindical e popular, partidos democráticos, progressistas e de esquerda, além das entidades representativas da sociedade civil que se opõem ao Governo Collor.

A agenda do companheiro Lula foi

apresentada ao DN e aprovada com as seguintes considerações:

1- As atividades nas Capitais e nas cidades governadas pelo PT serão definidas pelos Diretórios locais, Regionais e Municipais, em contato com a Comissão Executiva Nacional;

2- Haverá um panfleto nacional, cuja proposta inicial tem o objetivo de dar um caráter nacional a essa mobilização;

3- No dia 15 de março, no aniversário da posse de Collor - "Dois Anos de Desgoverno, Basta" - o PT realizará em todo o Brasil atos contra o Governo Collor, que deverão ser articulados com partidos de oposição, sindicatos, entidades populares, movimentos, como os dos aposentados, mutuários, sem teto, sem terra, etc.

A data proposta pode ser antecipada ou adiada para 13, 14 e 16 de março levando-se em consideração a realidade local e regional.

4- Nas manifestações, panfletos e palavras de ordem devemos ligar nossa luta e denúncia do Governo Collor à posição dos Governos Estaduais e suas políticas sociais, denunciando seu apoio à recessão, ao fisiologismo e a ligação com o Planalto.

5- É de responsabilidade dos Diretórios Regionais em articulação com os DMs a implementação destas orientações nas cidades e capitais do País, fazendo com que as manifestações não se limitem às cidades visitadas por Lula.

Previdência

Depois de ouvir as exposições dos companheiros Henos Amorina, vereador do PT em Osasco, e Antonio Galdino, 2º suplente da Bancada Federal, ambos dirigentes da Associação dos Aposentados, e do deputado Eduardo Jorge, responsável na Bancada pelo GT da Previdência, o DN deliberou que:

a) o PT continuará emprestando todo o apoio à luta dos aposentados e apresentará à sociedade uma proposta alternativa à política do Governo para a previdência social;

b) orienta toda sua militância, os DRs, DMs, e Zonais, os parlamentares e dirigentes nos movimentos sociais, particularmente sindical, para que assumam como suas as lutas e manifestações dos aposentados e pensionistas.

c) orienta seus prefeitos a apoiarem

as lutas e manifestações dos aposentados, inclusive estudando medidas que atenuem a atual situação econômica dos aposentados, como isenções de tarifas e impostos, transporte gratuito, apoio jurídico e material para suas ações e manifestações;

d) orienta a CEN e a Bancada Federal a apresentar, com caráter de emenda popular, um projeto de lei para a Previdência Social, a ser elaborado conjuntamente com os aposentados e o movimento sindical, com a seguinte programação:

● dias 21,22,23 de fevereiro: Seminário com representações da Bancada, CEN, DN, Governo Paralelo, CUT, Associação dos Aposentados, para elaboração do ante-projeto sobre a Previdência Social;

● dia 14 e 15 de março: a CEN apresenta ao DN a proposta de ante-projeto para, se aprovada, ser apresentada como emenda popular;

● abril: início da coleta de assinaturas para o projeto.

Petrobrás

Depois de ouvir a exposição do companheiro representando os petroleiros, Henio Barreto, que, junto com o companheiro Santa Rosa, presidente do Sindicato dos petroleiros de Paulínea, apresentou ao DN a situação da Petrobrás e a política do Governo visando sua privatização, o DN deliberou:

a) a Bancada Federal e o DN realizarão um seminário para avaliar as propostas e políticas do Governo e elaborar uma proposta alternativa do PT, com a participação do Depto. Nacional dos Petroleiros (CUT) e técnicos do setor;

b) na reunião dos dias 14 e 15 do DN será debatida e aprovada uma política para o PT;

c) na primeira quinzena de março, no Rio de Janeiro será realizado um ato em defesa da Petrobrás, que contará com apoio do PT;

d) a Bancada Federal apresentará à CEN propostas com relação aos setores de telecomunicações e minerais que estão incluídos na emenda constitucional enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional.

e) o GT responsável pela questão do petróleo fará contato com o Governo Paralelo para articular uma política com toda a área energética.

Reforma Agrária

Depois de ouvir o companheiro Hamilton Pereira, Secretário Nacional Agrário, que expos o "Projeto Terra/Brasil", do Governo Collor, o DN deliberou:

a) divulgar internamente no Partido e para a sociedade a posição do PT sobre o "Programa Terra/Brasil"

b) investir, como prioridade do PT em 92, nas Jornadas de Luta dos Trabalhadores Rurais, em coordenação com o MST, CUT (DNR), CONTAG, Federações, entidades de apoio à luta no campo. Realização dias 15 e 16, no Instituto Cajamar, reunião com esse objetivo.

c) fiscalizar as ações do INCRA e da CNA, por parte da Bancada do PT;

d) divulgar o Programa de Reforma Agrária do Governo Paralelo e rerepresentar, em nome da Bancada do PT, projeto de Lei com caráter de emenda popular sobre reforma agrária.

Diretório Nacional

São Paulo, 2 de fevereiro de 1992

Agenda do Lula

Fevereiro

21- Rio
22- São José dos Campos e Guaratinguetá
23- Encontro de Cultura, Anhembi
24- São Paulo
25- Jundiaí e São Paulo

Março

7- Amambai (MS)
8- Campo Grande
11- Minas Gerais
13- Porto Alegre
14 e 15- Reunião do DN
16- Brasília
17- Goiânia
18- Cuiabá
19- Porto Velho
20- Rio Branco

DN aprova tática e política de alianças



O Diretório Nacional aprovou na reunião de 31 de janeiro, 1 e 2 de fevereiro o documento sobre a tática e a política de alianças do PT para as eleições municipais.

A campanha deverá ser politicamente unificada. O partido deve assumir a defesa do "modo petista de governar" e procurar resgatar o sentido da campanha Lula Presidente. A política de alianças ganhou flexibilidade: será uma política nacional mas que se articule também com a dinâmica das disputas municipais. O documento indica ainda quais os partidos que, a partir de um projeto de construção de uma alternativa democrática e popular, estão no campo dos possíveis aliados.

O Diretório Nacional criou o Grupo de Trabalho "Eleições 92", coordenado pela SNAI e SORG, com o objetivo de preparar, desde já, nossa atuação partidária para o próximo ano. Ficou sob a responsabilidade do "GTE 92" a elaboração do projeto de uma **campanha eleitoral politicamente unificada** que, além das especificidades da luta e disputa do poder local, constitua-se em momento privilegiado de construção e afirmação de um projeto alternativo para o Brasil e, simultaneamente, de combate ao Governo Collor e seus aliados. (...)

Concretizando essa linha de ação, organizamos um "Encontro do GTE 92", de dois dias, contando com a participação da POLIS, INAPP, Instituto Cajamar, Governo Paralelo e Projeto Gestão. Este Encontro concretizou diretrizes gerais que enriqueceram este documento e são aqui apresentadas.

A crise institucional e a oposição ao governo Collor

A conquista das eleições de 1988, a votação do Lula em 1989 e a duplicação de nossa Bancada Federal em 1990 nos impõem a concretização de novos caminhos de disputa de hegemonia na sociedade que incorporem a nossa ação institucional articulada com os movimentos sociais. Esta exigência se agrava pelo quadro atual de crise estrutural, cujo centro neste momento é o Governo Collor, é a crise institucional, com as propostas de "impeachment" do presidente, antecipação do plebiscito sobre parlamentarismo, reforma do Estado e na estrutura econômica.

Este quadro político é fruto de contradições que nascem das eleições de 89. A campanha de Lula significou o culminar de um ciclo de

acúmulo de forças iniciado nas lutas contra o regime militar, ampliado com a formação do PT e da CUT, expandido institucionalmente com a participação popular na elaboração da Constituição Federal. A consolidação deste acúmulo de forças se materializaria na conquista do governo federal numa perspectiva presidencialista.

O projeto neoliberal do Governo Collor paga dois tributos à realidade brasileira. O primeiro por lidar com um capitalismo tardio e desorganizado em que setores empresariais sempre se amparam no Estado e dele não podem prescindir no momento de mudança do padrão acumulação no país. O segundo tributo à realidade brasileira é o próprio acúmulo político-institucional que se materializou na Campanha do Lula. O governo Collor assumiu com perspectiva de disputar a hegemonia na sociedade em torno de seu projeto neoliberal e desmontar o acúmulo das lutas sociais do PT, da CUT, do movimento popular, dos sem terra, da intelectualidade democrática e das forças democráticas e socialistas no país. A disputa de hegemonia com o governo Collor se dá em quatro frentes: na disputa na sociedade, contrapondo a CUT e aos movimentos organizados, o sindicalismo de resultados e os "descamisados"; disputa nos meios de comunicação e na mobilização social, procurando impedir nosso acesso à informação e a retomada da luta social e econômica organizada; disputa de alternativas políticas e ideológicas em torno do papel do Estado e da ideologia neoliberal, contra o socialismo e a esquerda; disputa no plano institucional, no Congresso Nacional e nas eleições de 90.

Acumulando um desgaste crescente a partir das eleições de 90, Fernando Collor, não tem a maioria estável no Congresso Nacional. A

política de alianças do presidente procura evitar a cristalização de um bloco formal de apoio à direita para melhor neutralizar a esquerda, evitando a consolidação de um bloco de oposição. Esta tática no Congresso, procurando evitar blocos de apoio e de oposição, aprofunda as dificuldades de sustentação da governabilidade. As divisões dentro do empresariado, a oposição política, a oposição sindical e oposição popular impossibilitam o governo de publicar sua política elevar a cabo seu plano de reestruturação da economia e a reforma institucional no Brasil.

Diante deste quadro de crise, o I Congresso do PT aprovou a resolução sobre Conjuntura e Tática que define nossas principais tarefas e bandeiras políticas para o presente momento. Procuramos aqui aprofundar aquelas posições no sentido de concretização de nossa tática eleitoral.

As eleições de 92 e a tática eleitoral

As eleições de 1992, por serem municipais, impõem a necessidade de se pensar esta tática política mediada pela disputa do poder local. Assim como as eleições de 90 tiveram uma lógica regional, a tendência das eleições 92 é de uma diferenciação de processo de alianças e de influências de correlações de forças locais que, dificilmente, a transformariam em uma eleição plebiscitária. Mesmo não tendo caráter predominantemente plebiscitário, temas políticos nacionais estarão presentes principalmente nas médias e grandes cidades.

Ainda que não possamos fugir à lógica de organização institucional-territorial que permeia esta eleição, devemos procurar articular a disputa do governo no plano local com a disputa do projeto hegemônico do

plano nacional.

Esta articulação deve ter presente dois campos de disputa política: O Modo Petista de Governar e o Projeto Alternativo para o Brasil. O entendimento das Prefeituras como instrumento de disputa de hegemonia deve aflorar nesta campanha com toda força política. (...)

Embora estas experiências de gestão não tenham sido bem difundidas, nossas prefeituras estão conseguindo enfrentar alguns desafios no sentido de gerar uma política municipal de qualidade nova. O Partido deve assumir a defesa do "Modo Petista de Governar" e enfrentar a tentativa da direita de gerar um descrédito sobre a capacidade de governar de nossos prefeitos. Não estamos desconsiderando uma auto-avaliação que indique erros e dificuldades, mas estamos generalizando - e isso podemos afirmar à sociedade - uma ruptura político-cultural que perpassa o conjunto de nossas prefeituras em suas ações políticas administrativas. (...)

Dentro destas diretrizes de campanha política, devemos procurar resgatar o sentido da "Campanha Lula Presidente". Ela pertence a um imaginário popular que se coloca como contraponto a realidade do Governo Collor. Devemos trabalhar o Projeto Alternativo para o Brasil, coordenado pelo companheiro Lula junto com o Governo Paralelo, articulando 92 com 94. A articulação entre estas duas eleições se fará pelo projeto apresentado à sociedade e por uma política de alianças que não pode relacionar mecanicamente as eleições de 92 com as de 94, mas deve levar em consideração a conquista de apoio de lideranças regionais e nacionais que acumulam as forças para 1994.

Por conseguinte, os objetivos de nossa tática eleitoral resumem-se nos seguintes pontos:

a) Consolidar o PT como alternativa democrática e popular ao Governo Collor.

b) unificar os Partidos de oposição na perspectiva de um Projeto Alternativo para o Brasil.

c) Fortalecer os movimentos sociais, estimulando-os a romper com a lógica da crise econômica que os joga para o corporativismo e os aliena de um debate mais global de alternativas para o país.

A partir destes objetivos gerais, disputaremos as eleições com os seguintes objetivos específicos:

1. Garantir a sucessão em nossas prefeituras;

2. Derrotar as oligarquias locais e os aliados do governo Collor em cada município;

3. Eleger uma forte bancada de vereadores que amplie nossa presença no poder político local;

4. Disputar a hegemonia no campo democrático e popular a partir de uma opção de saída da crise política, econômica e institucional.

Política de Alianças

Embora seja necessária uma política de alianças nacional, as eleições de 92 exigem que se leve em conta a diversidade de realidades locais. Nossa política deve ser flexível: é uma política de alianças nacional, mas que se articule também com a dinâmica das disputas municipais. O PT tem desenvolvido alianças a partir de um projeto de construção de uma alternativa democrática e popular. Neste campo, se encontram os PCs, o PSB, o PV, o PSDB e o PPS.

Ao propor uma política de alianças com o PSB, com os PCs e com o PPS, não desconhecemos as contradições e diferenças políticas que mantemos com esses partidos, mas levamos em consideração, principalmente, a posição política na luta contra o governo Collor, as nossas alianças em 89 na Frente Brasil Popular, o apoio de Roberto Freire e do PCB a LULA no 2º turno, o amplo arco de alianças e acordos que realizamos em 89 e 90, inclusive governando algumas cidades conjuntamente.

É preciso considerar, contudo, nossas diferenças com o PC do B, tanto no que diz respeito à concepção do socialismo, como nossa crítica a sua política pragmática de alianças, oscilando entre governos do PDT e do PMDB na busca de dividendos eleitorais mas do que a uma política de construção de uma alternativa para o Brasil, democrática e socialista.

Com o PPS, que dá continuidade ao setor do PCB liderado por Roberto Freire, devemos trabalhar em geral para construir alianças, atraindo-o para a frente democrática e popular e procurando fortalecer a tendência socialista democrática no seu interior. Para nós interessa trazer esse partido para o campo político que procura construir uma alternativa democrática e popular no Brasil. Com o recém fundado PC, podemos estabelecer alianças, apesar das profundas divergências com relação ao Socialismo e a situação internacional. É preciso, inclu-

sive, avaliar qual será a política deste Partido na atual luta eleitoral.

O PSB é um partido com o qual temos feito muitas alianças, mas é preciso considerar também nossas diferenças na relação com o PDT, apesar da proximidade política na questão democrática e na oposição ao governo Collor. A presença de Miguel Arraes, neste partido, dá a nossa aliança um outro peso pela influência do ex-governador no nordeste e especialmente em Pernambuco.

No caso do PDT, há uma disputa política visando a sucessão em 94, já que Brizola submete toda a política do PDT à sua candidatura à Presidência da República. Além disso, a disputa política ocorre, também, pelas divergências políticas de fundo com relação ao papel do Estado e dos movimentos sociais, concepção de socialismo, mas, principalmente, pela política do Governador Leonel Brizola de aproximar-se do Governo Federal, em muitos momentos aparecendo como fiador do presidente. Esta política de troca de apoio por recursos é compensada por ataques gratuitos de Leonel Brizola a Lula, ao PT e mesmo a CUT, mas não esconde o desgaste e seu esgotamento, já que vai retirando do PDT seu caráter oposicionista. Qualquer aliança com o PDT estará subordinada a uma campanha de oposição e denúncia do Governo Collor, e à disputa com relação a 94.

O PSDB vive um processo de crise e mudanças. Qualquer aliança com este partido está subordinada à manutenção de uma linha oposicionista com relação ao Governo Collor e a adoção de um programa de governo dentro das diretrizes básicas do modo petista de governar. Ao abandonar o campo de negociações e conciliação com Collor por uma política oposicionista, o PSDB procura se credenciar para o disputa de 94, mas vive uma profunda crise e está sendo disputado pelo PDT e o quercismo, objetivando 94. Para o PT interessa mantê-lo no campo oposicionista de esquerda, isolando Collor e derrotando a direita nas eleições de 92 e procurando conformar uma aliança, visando 94.

Com relação ao PMDB, nossa política é de disputa política e oposição, já que este partido representa um projeto antagônico a nossa alternativa democrática popular, apesar da oposição ao Governo Collor, mas não ao seu projeto de privatização e abertura da economia. O quercismo só agrava o caráter conservador da

maioria do PMDB, responsável pela Nova República e pela extensão da corrupção e do fisiologismo no Brasil. Nenhum Diretório Municipal ou Encontro tem autonomia para realizar alianças com o PMDB, que em casos excepcionais, com setores democráticos e progressistas daquele partido, tem que ser autorizada pela Direção Regional, consultada pela Comissão Executiva Nacional.

Com as mudanças no Ministério e na política do Governo Collor, ficou evidenciado a articulação de um campo direitista e fisiológico para disputar as eleições 92, daí que nenhuma aliança poderá ser feita com os partidos que compõem o Governo Collor e lhe dão sustentação política, excluindo-se de nosso arco de alianças todos os partidos políticos de direita do país. Por outro lado, faz-se necessário que o PT tenha flexibilidade política, dentro dos pré-requisitos programáticos e políticos aqui definidos, para construir uma ampla frente dentro de nosso arco de alianças o maior número de apoios e candidaturas democráticas e populares.

O quadro de aprofundamento da crise econômica e institucional por si só já começa a inibir a política do PDT e, ao mesmo tempo, impulsiona o PSDB e o PMDB para uma disputa no campo da oposição. Na medida que não há uma tendência de ruptura institucional ou de solução da crise econômica a curto prazo, este deve ser o cenário no qual se desenvolverá a campanha eleitoral.

Devemos perseguir um bloco de alianças em um programa de governo que se vincule a um compromisso claro e expresse publicamente de oposição ao governo Collor, a um comprometimento com uma ruptura ético-cultural na gestão da coisa pública e com perspectiva de um ecodeenvolvimento com distribuição de renda, reproduzindo segundo cada realidade local o "Modo Petista de Governar".

Nossa visão de alianças nas eleições 92 deve incorporar também as forças sociais presentes em cada lugar. Deve-se trabalhar também com a perspectiva de incorporação em nossa campanha política, ou mesmo em nossa chapa majoritária e proporcional de personalidades políticas que expressem forças sociais e assumam os compromissos políticos que estamos propondo.

A construção da política de alianças no plano local não deve ser entendida mecanicamente, dada a

heterogeneidade do PDT, do PSDB e do PMDB. Precisamos construir esse bloco de alianças adaptando e ampliando segundo cada realidade local. É necessário conhecer a configuração das forças políticas e sociais em cada lugar, o grau de compromisso dos partidos políticos com as oligarquias e elites econômicas locais, a história das redes políticas que constituem o poder local.

Ao construir essa política de alianças, é importante ressaltar que ela deve dar pela articulação dos DM's ou mesmo com o DN, de tal forma que a relação com os partidos aliados não ocorra com grandes diferenças de um local para outro. O planejamento da política de alianças regional e nacionalmente, permitirá que as negociações não fiquem restritas apenas ao peso local de determinada força partidária.

No caso dos Estados onde o PDT e PSDB são Governos, faz-se necessário que os DM's consultem os DR's para realizar alianças com o PDT e o PSDB local, já que, dada nossa posição a nível estadual aos Governos destes Partidos, a repercussão destas alianças deve ser avaliado a nível Estadual.

As eleições em dois turnos

Em municípios onde há disputa com oligarquias aliadas ao crime organizado e ao narcotráfico, onde há um verdadeiro Estado paralelo que acoberta assassinatos e assassinios e todo tipo de corrupção e violência, o PT permite, com autorização e acompanhamento do DR e da CEN, que se façam alianças em defesa da vida, para viabilizar a derrota destes setores.

Nossas política deve ser a de lançar candidaturas próprias, mas não a qualquer custo, correndo o risco de pulverizar as eleições, despolitizando o processo eleitoral, indo contra nossos próprios objetivos. Evidentemente, devemos trabalhar, sempre que possível, para que o candidato a prefeito seja indicado pelo PT, mas é necessário combater a ilusão de que eleições em 2 turnos nos obrigam a lançar candidaturas próprias no primeiro turno. As eleições têm demonstrado que as alianças políticas são construídas a partir do primeiro turno e no segundo turno a tendência é de apoios políticos sem uma definição clara de compromissos.

As alianças no primeiro turno têm que levar em consideração os seguintes critérios:

1. Oposição ao Governo Collor, tendo como referência o Projeto Alternativo par o Brasil, de caráter democrático e popular;

2. Programa de Governo municipal que tenha como eixos centrais as concepções políticas do "Modo Petista de Governar", ou seja, uma nova ética da questão da coisa pública, reforma democrática do Estado e inversão de prioridades que incorporem formas de participação direta da população, ruptura política-cultural com os valores e práticas conservadoras;

3. Campanha conjunta: coordenação, finanças, mobilização, propaganda no Rádio e TV.

O Partido deve aprofundar as diferenças de alianças políticas, do primeiro turno, que possam estar presentes entre cidades de regiões metropolitanas, cidades médias e as pequenas cidades onde se faz notar um peso maior das oligarquias. Nas regiões metropolitanas, o eleitor tem uma autonomia de voto maior do que em cidades do interior, onde o peso das oligarquias é muito grande. A construção de uma política de alianças em pequenas e médias cidades deve ser flexível e levar em conta a história política de cada município.

As eleições e o Poder Legislativo

A disputa do executivo municipal não está acima de nosso objetivo de ampliação de nossa bancada legislativa municipal. A definição do perfil do candidato, de prioridades entre executivo e legislativo e da política de alianças deve ter por base uma estratégia clara de conquista do poder local.

A eleição de forte bancada de vereadores faz parte de uma política de construção partidária, ampliando nossa influência social e disseminando a luta pela institucionalização de novos direitos através dos legislativos municipais. Um Projeto Alternativo para o Brasil tem de incorporar os problemas cotidianos da cidade, a luta pela reforma urbana, os instrumentos jurídico-urbanísticos de controle da especulação imobiliária, a formação de fundos municipais de urbanização de bairros populares, a luta pela terra e por uma política de abastecimento e apoio à pequena produção agrícola, e a proposta de um processo de descentralização que democratize as formas de gestão e reverta as prioridades de utilização dos recursos

públicos.

As eleições legislativas municipais exigem um programa específico que sirva de referência para possíveis alianças. Os debates sobre plano diretor já nos deram alguns elementos para definição de diretrizes básicas. Cabe aos diretórios ampliarem este debate sobre identidade econômica, política e cultural de cada município. Ao lado do programa e das diretrizes gerais de nossa política de alianças, a composição de chapa nas eleições proporcionais deve ter como critério a representatividade social e o potencial de votos.

A eleição para as Câmaras de Vereadores ganha maior importância pela tendência ao aprofundamento do debate sobre o parlamentarismo, incluindo poder local. Deste modo, se aprovado o parlamentarismo, teremos um legislativo municipal que praticamente retoma poderes constituintes.

Os diretórios nacional e regionais deverão traçar uma estratégia político-territorial que assuma prioridades de campanhas: sucessão em prefeituras petistas, prioridades de cidades polos, candidaturas de capitais com possibilidades de conquista eleitoral.

A questão da sucessão nas prefeituras petistas tem sido feita de forma muito personalizada, e não enquanto garantia de continuidade de um projeto que deva ser assumida pela sociedade local e pelo conjunto do Partido. A campanha eleitoral deve resgatar o projeto de ruptura política e cultural, implementado por nossas prefeituras, construído localmente a partir dos diversos aspectos que marcam a história do município.

A definição de cidades pólo deve ser considerada como um instrumento de planejamento e organização da campanha. Devemos identificar as cidades que por seu tamanho, localização, história política ou possibilidades de êxito eleitoral, tenham a capacidade de irradiação de posições e de exercer influência sob toda uma região.

Diretrizes para uma campanha unificada

O DN deve concentrar seus esforços no sentido de trabalhar o Projeto "Eleições 92", numa perspectiva de realização de uma campanha nacional politicamente unificada. O Diretório Nacional trabalhará este projeto incorporando uma rede de apoio: INAPP, POLIS, Instituto

Cajamar, Projeto Gestão, Governo Paralelo e o ILDES.(...)

Diretório Nacional

São Paulo, 2 de fevereiro de 1992

DEBATE

O BN ouviu os companheiros Marco Aurélio Garcia, José Luis Fevereiro e Arlete Sampaio que participaram do debate sobre política de alianças no DN

Um passo atrás



Na última reunião do DN foi apresentado, para discussão, o documento "Tática Eleitoral e Eleições 92", onde se podia ler: "O PT tem desenvolvido alianças a partir de um projeto de construção de uma alternativa democrática e popular. Neste campo se encontram os PCs, o PSB, o PV, oPSDB e o PDT". Posteriormente foi acatada uma emenda que incluía o PPS e retirava o PDT.

Nesta ocasião apresentei, junto com outros companheiros, outra emenda que propunha: 1. definir como critério para a política de alianças a recusa do entendimento nacional com Collor, além dos demais critérios propostos; 2. ser necessário avaliar local e regionalmente os partidos coligáveis, podendo incluir, nesta aliança, além dos partidos da Frente Brasil Popular, o PPS, o PC, o PV e setores do PSDB e do PDT.

Dando sequência à orientação majoritária no partido, que define as eleições de 94 como "centro tático", pode até parecer coerente que se priorize uma aliança com o PSDB enquanto partido, em caráter nacional, global, visando as eleições presidenciais. Já o PDT, foi excluído. Não pode ter "collorido", mas por-

que Brizola não abre mão de candidatura...

A experiência de 89 nos mostra que Lula foi ao segundo turno graças à coerência política do PT, suas posições independentes, a intransigência na defesa dos interesses dos trabalhadores. É preciso diferenciar, pois, o apoio que recebemos no segundo turno do PDT, do PSDB, de setores do PMDB, de uma aliança que envolve a fixação de um programa de governo comum. O PSDB é um partido de composição heterogênea - reunindo no seu interior setores de classe média, intelectuais progressistas, setores do empresariado, banqueiros - mas com um programa claro e definido. Por isso, devemos descartar uma aliança nacional, global, com a direção deste partido (leia-se Montoro, Richa, Tasso Jereissati...). Entretanto julgamos necessário atrair para o nosso lado certos setores desse partido, como também do PDT. É falso pensar que o PSDB é um partido "em cima do muro". Essa é a imagem que lhe convém, embora as declarações públicas de suas principais lideranças não deixem margem a dúvidas.

Nossa força advém de nossa ligação umbilical com os movimentos sociais, com os setores organizados da sociedade. A fixação de uma política de alianças com um partido qualquer limita nossa ação e confunde nossa base. Numa tentativa de criar "condições de governabilidade para 94. Antes de priorizar alianças, priorizemos um programa compatível com toda a trajetória de nosso partido e seus objetivos estratégicos. Uma aliança sólida com os trabalhadores, com a população explorada e oprimida. Isto sim é vital para o PT.

Arlete Sampaio

O PT e as Eleições

A resolução do DN sobre política de alianças em 92, aponta de forma clara a vinculação deste processo eleitoral com a disputa presidencial de 1994, e com a constituição de um campo estratégico de alianças capaz de sustentar um governo democrático-popular.

A viabilização de um governo sob hegemonia do PT a partir de 94, capaz de impulsionar profundas transformações no Brasil, depende

de uma sólida base de massas e de forte sustentação institucional. A experiência das nossas prefeituras é eloquente no sentido de nos deixar claro, o jogo pesado que as oligarquias lançarão mão para paralisar e inviabilizar a nossa ação. Nesse sentido, ao pensarmos uma política de alianças capaz de dar conta dos desafios do período que se abre, temos que pensar em termos amplos, buscando constituir um campo que incorpore o PDT e o PSDB, além dos já tradicionais aliados de esquerda como o PSB, PPS, PCdoB e PV.

As dificuldades e contradições embutidas na viabilização dessa política são muitas, mas não incontornáveis. Em primeiro lugar, ao contrário do que muitos de nós imaginávamos ao final do 2º turno das eleições presidenciais, o PT não tem hegemonia nem liderança tácita na oposição progressista à Collor. Não somos necessariamente a principal alternativa ao projeto neo-liberal. Essa condição tem que ser disputada cotidianamente e só será definida no 1º turno de 94. Leonel Brizola e o PDT aspiram também nessa condição e nesse sentido vem operando desde a própria campanha do 2º turno de 89. A nossa relação com o PDT, a quem queremos no campo democrático-popular, é mediada por essa disputa. Brizola tem buscado romper seu isolamento a esquerda, buscando atrair para o seu projeto, lideranças de peso com perfil de esquerda, como Waldir Pires, e partidos políticos como o PSB, PCdoB e PPS.

A aproximação Brizola-Collor não nos deve iludir. Trata-se de manobra tático-conjuntural com objetivos localizados em torno da viabilização financeira dos governos estaduais pedetistas, mas no seu devido tempo Brizola retomará a retórica oposicionista.

O PSDB vive uma profunda crise. A falta de espaço político para o seu projeto, as derrotas eleitorais em 1990, particularmente em Minas e São Paulo, e a falta de perspectiva de sucesso nos principais centros em 92, colocam em risco a sobrevivência do PSDB como projeto político de fôlego. A disputa sobre os rumos do PSDB já começou. De um lado Quércia e o PMDB elimentam sentimentos de retorno à casa paterna em setores mais a direita do PSDB. De outro, Brizola e o PDT via Fernando Henrique Cardoso falam até em fusão orgânica. O PT não pode ficar de fora, observando. Nos interessa fazer um movimento a ní-

vel nacional no sentido de trazer o PSDB para a esquerda e se possível para uma frente eleitoral de 2º turno em 94 no apoio à Lula.

Por fim, devemos agir de forma articulada a nível nacional no sentido de consolidar alianças com outros partidos de esquerda, como o PSB, PPS, PCdoB e PV que não têm peso social para se constituírem em alternativa própria em 94, mas podem desequilibrar a disputa do 1º turno a nosso favor (Lula derrotou Brizola por apenas 460 mil votos).

As eleições de 92 colocam em disputa importantes espaços institucionais e podem conformar mais claramente alinhamentos para 1994. Por essa razão, o PT deve colocar acima das dinâmicas locais de cada Estado e cada Município, uma política de alianças nacional. O que irá acontecer em Florianópolis, Rio de Janeiro, Salvador ou Recife terá fortes implicações nos alinhamentos nacionais em 94. E 1994 já começou

José Luis Fevereiro
Secretário Geral DR-RJ
Membro do DN

Alianças sim!



Meu saudoso amigo e companheiro Eder Sader contava a história de seu encontro com um militante boliviano a quem perguntou: "como vai o partido?" O militante respondeu sem vacilar: "bien! somos pocos pero muy sectarios".

Verdadeira ou não, a história ilustra bem concepções estreitas que alguns ainda têm da política, particularmente na questão das alianças, mas que, felizmente, são cada vez mais raras.

O PT, em alguns momentos de sua história viveu situações de agudo isolamento que chegaram a afe-

tar sua unidade interna. O caso mais exemplar foi o do Colégio Eleitoral, quando nos recusamos a colocar a azeitona na empada da transição conservadora. Adotamos aquela posição coerentes com nossos princípios, mas nem por isso fomos principistas. Durante alguns meses nos constituímos em um grupo isolado na sociedade e no sistema político brasileiros, mas não assumimos características de seita. Em poucos meses, o melancólico espetáculo do governo da "Nova República" mostrou a correção de nossa postura frente àquela complexa conjuntura.

Mas a política brasileira evoluiu e com ela o PT. Vivemos a emocionante experiência das presidenciais de 89, quando conseguimos progressos importantes na política de alianças, ainda que, é bom que se diga, em nosso proveito. Fracassamos, no ano seguinte, quando a direção nacional não soube impor a política, globalmente traçada para todo o Brasil, no Rio e em Pernambuco. Hoje temos experiência acumulada para aplicar a linha definida pela última reunião do DN, coerente com o aprovado no I Congresso. A aliança com os PCs, com o PSB, com o PV, mas sobretudo com o PSDB, e, quando as circunstâncias permitirem (oxalá permitam muitas vezes!) com o PDT e facções do PMDB, deve ser buscada e cuidadosamente construída. Ela é igualmente difícil e necessária. Difícil porque os partidos são heterogêneos e pouco consistentes nacionalmente no país. Necessária, porque a construção de um Brasil democrático, que opere uma grande transformação econômica e social só poderá ser feita a partir de uma vasta base de sustentação política para cuja formação o concurso destes partidos é decisivo, independentemente das afinidades doutrinárias e/ou distâncias que eles mantêm entre si. A política de alianças supõe a construção de um programa de mudança do Brasil a ser defendido fundamentalmente em 1994 e aplicado na eventualidade de um governo popular. Se é certo que devemos buscar pontos de afinidade doutrinária com outras forças políticas, não podemos supeditar as alianças exclusivamente a este critério. Programa e métodos de ação devem ser os elementos fundamentais de acordos. A política de alianças é um complemento necessário da indispensável pluralidade de partidos.

Marco Aurélio Garcia
membro da CEN e Secretário de
Relações Internacionais



As prefeituras petistas são hoje uma demonstração da capacidade administrativa do partido e um ensaio bem sucedido para o governo que o PT quer conquistar em 94. A participação popular, a inversão de prioridades nas ações de governo e a reforma democrática das máquinas municipais - marcas dessas administrações - mostram hoje que o PT é capaz de se constituir numa alternativa. O secretário Nacional de Assuntos Institucionais do partido, Jorge Bittar, fala das prefeituras do PT, da tática eleitoral para 92, e garante: "Hoje o PT é um sucesso em suas administrações".

De vidraça a vitrine

O sucesso do modo petista de governar

BN - Como o PT vai disputar as eleições municipais de 92?

Jorge Bittar - As orientações que estão sendo amadurecidas na Executiva Nacional do PT apontam para a absoluta necessidade da construção de uma campanha politicamente unificada no plano nacional. Ou seja, que o partido se apresente com a mesma cara, com o mesmo projeto, em cada município. E nesse sentido há dois aspectos que são fundamentais. De um lado, existe a necessidade de enfrentamento com a política do governo Collor porque, apesar do grande desgaste que sofre o presidente da República, as idéias neoliberais que dão sustentação ao governo são idéias que tem amplo respaldo, ampla repercussão na sociedade brasileira - a privatização, a abertura indiscriminada da nossa economia, a recessão e o desemprego como males necessários para solucionar os problemas do país. Só podemos enfrentar essas idéias com outras idéias, com um projeto alternativo, de caráter democrático e popular.

Por outro lado, as eleições serão disputadas nos planos municipais. Nesse sentido, teremos toda uma disputa de poder com as oligarquias locais. Para esse enfrentamento, vale como instrumento o conhecimento e o aprofundamento daquilo que nós estamos chamando de **o modo petista de governar**. O PT, depois desses três anos nas administrações municipais, conseguiu construir elementos de um projeto de gestão da coisa pública que define com clareza a nossa marca.

BN- E como é esse "modo petista de governar"?

Jorge Bittar- Ele começa com a reforma democrática do Estado que estamos realizando, com a idéia da transparência, da ética na gestão da coisa pública - o fim da corrupção, da manipulação de recursos públicos a serviço de grupos econômicos -, a idéia da descentralização do poder, a idéia da valorização do servidor público - tanto na busca do pagamento de salários dignos (nós pagamos os melhores salários do Brasil) quanto da valorização pro-

fissional, participação dos trabalhadores públicos nas decisões das administrações. Então, é toda uma idéia de reforma democrática do Estado que se contrapõe a essa idéia de privatização, da demissão indiscriminada dos servidores, tudo que Collor tem feito com o Estado brasileiro e os males que isso tem causado à sociedade.

Outro elemento do **modo petista de governar** é a idéia da inversão de prioridades. Tanto na receita - quem tem mais paga mais IPTU - como também nas despesas, quer dizer, o nosso governo governa para todos, mas tem claro que deve beneficiar prioritariamente aqueles que têm sido marginalizados - as periferias das cidades, os trabalhadores, as populações de menor renda. Nossas políticas de educação, de saúde, de saneamento, de habitação, enfim, todas são voltadas para o enfrentamento da miséria, da crise social, da degradação profunda da qualidade de vida das populações urbanas. Na inversão de prioridades, está o nosso trabalho nas pequenas prefeituras do interior, onde nós, além de disputarmos o poder com as oligarquias tradicionais, desenvolvemos um trabalho importante de apoio aos pequenos agricultores, de consolidação da luta pela terra, da perspectiva de assentamento de novos trabalhadores rurais. É todo um trabalho na área agrária e agrícola que vem sendo importante no desempenho de nossas prefeituras.

BN- No início, as prefeituras petistas foram alvo das críticas da imprensa. Dos 36 prefeitos eleitos, 12 deixaram o PT, muitos deles alegando que o partido não os deixava governar. Três anos depois, as pesquisas de opinião mostram que nossas prefeituras vão muito bem. Quais foram os elementos dessa virada?

Jorge Bittar- Eu costumo dizer que em 1989 as prefeituras petistas foram um fardo difícil de Lula carregar na sua campanha à presidência da República. Mas isso não aconteceu por acaso. A direita realmente, de forma muito maldosa, batia pesadamente nas nossas prefeituras.

Mas batia porque tinha elementos para fazer seu trabalho de caráter ideológico, segundo seus interesses. Nós pegamos prefeituras inchadas, máquinas administrativas despreparadas, prefeituras sem recursos de caixa, endividadas, além do fato de que ninguém nasce sabendo.

Nós chegamos às prefeituras com companheiros que, embora sérios e competentes, não conheciam a máquina pública e que tiveram que viver todo um processo de aprendizado. Além do mais, a reforma da administração pública, a inversão de prioridades, a participação popular, são coisas que não ocorrem da noite para o dia. Precisam de um prazo de maturação. Então, o que ocorre hoje, três anos depois de termos assumido as prefeituras, é que o trabalho concreto que nós realizamos começa a aparecer. Amadureceram nossos companheiros na administração, amadureceu o partido.

E há um elemento importante: em nossos programas de governo, nós fizemos proposições que não correspondiam realmente ao que nós éramos capazes de realizar. Então, em alguns lugares nós geramos expectativas muito superiores ao que poderíamos fazer no curto prazo. Isso gerou uma certa frustração na militância, nos simpatizantes. Mas hoje essas coisas estão absolutamente superadas.

Infelizmente, alguns prefeitos e vereadores - uns por má fé, outros porque foram afoitos - acabaram abandonando o partido, batendo de frente com o partido. Mas aqueles que souberam fazer o trabalho maduro conseguiram construir uma nova relação com o partido nesse período e conciliaram sua necessidade de autonomia administrativa com a necessidade de estarem submetidos ao programa do partido. O partido, por sua vez, também compreendeu que não tinha que ficar se imiscuindo em cada detalhe da gestão pública, mas sim que estar preocupado com a direção política mais ampla do processo administrativo. E hoje o PT é um sucesso nas prefeituras. A reforma do Estado está em curso, a inversão de prioridades, a participação popular são fatos con-

cretos, novos canais estão sendo criados, o orçamento com participação popular é uma marca das prefeituras petistas, e isso hoje tem um impacto muito grande na sociedade e está se refletindo nos índices de popularidade cada vez maiores dos nossos prefeitos.

Mas vamos ter que conviver com essa idéia de que, eventualmente, alguns companheiros, parlamentares ou prefeitos, venham a deixar o PT. Um partido aberto e democrático como o PT, que não exige carteirinha para que as pessoas possam nele ingressar, vai ter que conviver às vezes com esse tipo de contradição, com pessoas que ingressam no partido sem conhecê-lo profundamente e que querem repetir, dentro do PT, as práticas dos setores conservadores, ou seja, querem submeter o partido à sua vontade pessoal. Isso o PT não aceita porque é da nossa natureza democrática.

Nós estamos promovendo aquilo que a gente chama de uma ruptura político-cultural com a sociedade. Onde nós administramos estamos permitindo que possa emanar uma nova cultura dos segmentos populares, para que esta se confronte com a cultura das elites, da história contada através do viés ideológico, dos interesses de classe da burguesia.

BN- Em 88, a imprensa dizia que o voto no PT tinha sido um voto de protesto, uma expressão da insatisfação geral. Em 92 o PT tem uma alternativa para apresentar ao eleitor que quer votar em projetos?

Jorge Bittar - Não tenho dúvida. O PT está muito amadurecido. Tanto é verdade que nossa experiência à frente das administrações será consolidada num livro que será editado pela revista *Teoria e Debate* onde apresentaremos todas as nossas políticas de governo. Este será um referencial importante para que os companheiros do PT que são candidatos por esse Brasil a fora construam seus programas de governo levando em consideração as nossas experiências nas prefeituras, tanto em megalópoles como São Paulo, nas cidades médias e nas pequeninas Icapuí, Janduís, São João do Triunfo, enfim, cidades onde estamos fazendo um trabalho muito importante.

BN - Você diria que a fase das turbulências já passou?

Jorge Bittar - Com certeza. O conflito sempre vai existir - o conflito é da natureza democrática do nosso partido, mas é um conflito saudável, que permite a evolução tanto dos companheiros nas administrações quanto do PT. Mas o nosso projeto de intervenção nas prefeituras e câmaras de vereadores deve estar sempre sintonizado com o projeto estratégico de transformação da sociedade, da construção do socialismo e do aprofundamento da democracia em nosso país.

BN - E a política de alianças do PT para 92?

Jorge Bittar - Primeiro é preciso ressaltar um aprendizado importante que tivemos com as nossas administrações. Em todos os lugares que administramos nós chegamos com uma certa postura auto-suficiente. Nós achávamos que o PT sozinho poderia governar as cidades. Cedo nós aprendemos que é absolutamente fundamental nos articularmos com as demais forças progressistas e alguns setores de centro nas cidades que administramos para podermos aprovar nossos projetos nas câmaras de vereadores, para que possamos enfrentar o poder político local. Porque chegar ao governo de um município não significa ter o poder político no plano municipal. Significa ter uma parcela deste poder, porque existem os setores conservadores das igrejas, os empresários, empreiteiros, fornecedores de serviços, vários lobbies e interesses que constituem uma rede de poder local com a qual temos que nos debater. E aí há a disputa de hegemonia e há a construção política, que envolve a articulação com outros partidos, mas também a relação com a sociedade, com o movimento popular organizado, com segmentos mais democráticos do próprio empresariado.

BN - E onde não há movimentos sociais organizados? Em alguns municípios nem mesmo o PT tem organização suficiente.

Jorge Bittar - Sim, mas cidades assim são as cidades menores, onde o exercício da democracia direta é muito mais viável, nossos prefeitos têm como criar canais reais de participação. Em Ronda Alta (RS), por exemplo, o prefeito Saul é uma liderança não só no município como em toda a região. Uma plenária de pequenos agricultores reúne, numa cidade tão pequena, cerca de 700

pessoas. Isso acontece em praticamente todos os lugares: nossos prefeitos estão se tornando lideranças regionais, sem falar nos prefeitos das capitais, que se constituem hoje em referências nacionais.

Então, onde não temos ainda o movimento organizado, os nossos prefeitos procuram incentivar essa organização e, por outro lado, criar canais de exercício da democracia direta, no sentido de que a população possa participar da definição do orçamento, participar de decisões importantes da prefeitura e até da gestão de alguns serviços - um posto de saúde, por exemplo, que a população pode ajudar a dirigir, definindo horários de funcionamento, os serviços que serão prestados.

BN - E os conselhos populares, que viraram uma espécie de mito para os petistas?

Jorge Bittar - Esse é um exemplo típico daquela visão a que eu me referia. Quando nós chegamos aos governos, em 88, tínhamos uma visão meio idealista. Com a representatividade, com o compromisso popular do PT, nós imaginávamos que quando chegássemos às prefeituras haveria uma mobilização extraordinária e que isso iria se traduzir rapidamente na formação de organismos autônomos da população, que seriam os conselhos populares. E isso não aconteceu, não por falta de vontade do PT ou dos nossos prefeitos, mas porque a sociedade não tem ainda amadurecimento político suficiente, não tem compreensão e evolução política que permita criar os conselhos populares tal como nós desejávamos no início.

Mas isso não quer dizer que nada tenha sido feito. Nós hoje evoluímos para a compreensão de que existem duas situações distintas que se relacionam. De um lado há a necessidade da administração abrir canais de participação, de outro lado, há a necessidade da sociedade, autonomamente, criar suas formas de organização. E aí, na sociedade, o papel do partido é fundamental, porque o partido é uma organização da sociedade. O prefeito está no aparelho público, está no Estado. Mas o partido, como organização da sociedade, deve ser um instrumento, um agente para estimular a sociedade a se organizar e, através dessa organização, encaminhar as reivindicações e as lutas populares.

E isso já está ocorrendo. Nossos prefeitos estão liberando cada vez

mais os canais de participação na administração e há também uma nítida evolução dos movimentos sociais. É um processo ainda lento, mas faz parte de nosso aprendizado. A noção de Conselhos Populares vem sendo aprofundada pelo partido e nós, através da Secretaria de Assuntos Institucionais, temos procurado refletir bastante, elaborar bastante sobre o tema participação popular, que aliás será um dos capítulos do livro que vamos editar.

BN - Em 90, a política de alianças proposta pela direção nacional foi rejeitada em vários estados, até porque a militância petista tem uma grande resistência em participar de frentes quando o PT não encabeça a chapa. Para 92 há uma política de alianças aprovada, mas como o PT pretende resolver essa relutância de sua base em apoiar candidatos de outros partidos?

Jorge Bittar - Realmente, há um certo espírito de corpo - às vezes exagerado - em alguns setores do partido que fazem com que o PT tenha uma certa resistência em aceitar coligações quando nós não temos a cabeça da chapa. Mas há experiências concretas relativamente bem sucedidas de frentes de esquerda em que nós não tínhamos a cabeça. Nós temos vice-prefeitos em várias cidades do país - em Americana (SP), por exemplo. Isso tem permitido que o PT cresça nessas cidades.

Para 92, nós queremos pensar uma estratégia nacional para o PT, que contemple a perspectiva do partido apresentar candidatos sempre que tivermos o nome mais expressivo da cidade, mas que o PT não coloque de lado a necessidade da formação de frentes de esquerda que possam se confrontar com as oligarquias locais e com o governo Collor no plano nacional. É preciso que em 92 a gente politize ao máximo as eleições para que possamos transformá-las num momento de derrota do projeto neoliberal no Brasil. É fundamental que cada petista tenha consciência da relação existente entre a disputa de 92 e a eleição presidencial em 94. A caminhada para fazer de Lula presidente da República começa em 92 e a eleição de vereadores em todos os cantos do país é um passo importante. A política de alianças que a gente estabelecer agora é outro passo fundamental.

Regulamentação dos Encontros

Os itens abaixo referem-se a artigos do novo ESTATUTO do PT que será aprovado em sua totalidade no próximo Encontro Nacional. A matéria tratada abaixo, entretanto, entra em vigor a partir desta data normatizando o processo de transição da atual estrutura e funcionamento orgânicos para a nova estrutura aprovada pelo I Congresso.

1. Renovam-se, de abril a junho de 1992, todos os organismos de direção partidários (municipais, estaduais e nacional).

2. O mandato destas instâncias, vai até o segundo semestre de 1993.

3. O Encontro Nacional que elege parcela do Conselho Deliberativo Nacional, a Comissão Dirigente Nacional e aprova o novo ESTATUTO do PT (o qual substitui o antigo Estatuto e o antigo Regimento Interno) será realizado em 18, 19, 20 e 21 de junho de 1992, (podendo esta data ser alterada a critério da CEN).

4. Os Encontros Estaduais que elegem parcela dos Conselhos Deliberativos Estaduais, a Comissão Dirigente Estadual, os representantes dos estados no Conselho Deliberativo Nacional, os delegados ao Encontro Nacional e constitui as Micro-Regiões internas a cada estado serão realizados nos dias 15, 16 e 17 de Maio de 1992 ou 22, 23 e 24 de Maio de 1992 ou 29, 30 e 31 de Maio de 1992.

5. As Micro-Regiões dentro de cada estado serão constituídas a partir de uma divisão proposta pelos atuais Diretórios Regionais, levando-se em conta a realidade atual, pelos delegados eleitos ao Encontro Estadual.

6. Os Encontros Municipais que elegem o Conselho Deliberativo Municipal, a Comissão Dirigente Municipal, e, simultaneamente, o fórum das Novas Zonais, serão realizados nos dias 18 e 19 de Abril de 1992 ou 25 e 26 de Abril de 1992 ou 2 e 3 de Maio de 1992 no caso de municípios que atualmente têm Diretórios Zonais.

7. Os Encontros Municipais de municípios que atualmente não têm Diretórios Zonais, bem como os Encontros Zonais, que elegem o Conselho Deliberativo Municipal, a Comissão Dirigente Municipal, os delegados aos Encontros Nacional, Estaduais,

Municipais, e, simultaneamente, ao fórum das Micro-Regiões, serão realizados nos dias 11 e 12 de Abril de 1992. Com autorização dos atuais Diretórios Regionais respectivos estes encontros poderão realizar-se apenas em um dia.

7.1 - A critério dos Diretórios Regionais, por conta de razões superiores, esta data pode ser modificada.

8. O prazo limite para toda nova filiação com direito a participar, com voz e voto, dos Encontros a qualquer nível, é 5 de Março de 1992.

9. Participam dos Encontros, em qualquer nível, somente os filiados em dia com a sua contribuição financeira. São considerados em dia com sua contribuição financeira, os filiados em dia a partir de janeiro de 1992 inclusive.

10. A refiliação é obrigatória no ato de credenciamento dos encontros em todos os níveis.

11. O Conselho Deliberativo Nacional será composto, neste seu primeiro mandato provisório da seguinte maneira:

a) 1 por 15 mil filiados no estado ou fração aberta em baixo e majoritária em cima eleitos nos Encontros Estaduais;

b) O líder mais 1 por 10 membros da Bancada Federal ou fração (fração aberta em baixo e majoritária em cima), indicados por esta;

c) 1 por Setor que fizer Encontro Setorial em pelo menos 5 (cinco) estados com quorum de 75 (setenta e cinco) presentes no momento da votação e mais 1 para cada 15 (quinze) delegados eleitos pelos Encontros Setoriais presentes no Encontro Nacional. Para o setor Assuntos Indígenas o quorum será de quinze presentes no momento da votação e terá que fazer pelo menos Encontro Estadual em 2 (dois) estados para eleger um membro para o CDN. Para o setor Portadores de Deficiência o quorum será de 15 presentes no momento da votação e terá que realizar pelo menos 5 (cinco) Encontros Estaduais para eleger um membro para o CDN. Os representantes do setor que cumprir as exigências acima será escolhido por eleição no Fórum dos delegados eleitos ao Encontro Nacional pelos Encontros Setoriais Estaduais. Esta eleição se realizará no próprio Encontro Nacional.

d) Aos 40% escolhidos por chapas pelos processos acima observando-se o mínimo de 30% de mulheres juntar-se-ão 60% eleitos por chapas e por candidaturas avulsas (quer dizer, nominais) no próprio Encontro Nacional.

Sobre "no mínimo 30% de mulheres nas instâncias de direção":

Na eleição por chapas, por exemplo, dos representantes eleitos nos estados diretamente para o Conselho Deliberativo Nacional, observar-se-á o mínimo de 30% de mulheres.

Caso não resulte da votação o mínimo de 30% de mulheres, haverá, obrigatoriamente, alteração na ordem das chapas, obedecendo-se ao princípio da proporcionalidade qualificada.

Isto quer dizer que somente quando o encontro só tem direito a 1 (um) é que não se aplicará a proporção. No caso de eleger 2 (dois) já se observará o mínimo de 30% (30% de 2 é 0,6).

Exemplo 1: O estado tem direito a eleger 3 para o CDN. Apresentam-se 3 chapas:

Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3
Masculino	masculino	masculino
Feminino	feminino	feminino
Feminino	masculino	masculino
40%=1,2	30%=0,9	20%=0,6

A chapa 1 indica o primeiro nome, masculino.

A chapa 2 indica o segundo nome, masculino.

A chapa 3 indica o terceiro nome, obrigatoriamente será mulher.

Exemplo 2: O estado tem direito a eleger 3 para o CDN. Apresentam-se 2 chapas:

Chapa 1	Chapa 2
Masculino	masculino
masculino	feminino
Feminino	feminino
60%=1,8=1+0,8	40%=1,2=1+0,2

A chapa 1 indica o primeiro nome, masculino.

A chapa 2 indica o segundo nome, masculino.

A chapa 1 indica o terceiro nome, obrigatoriamente feminino.

OBS. Isto quer dizer que, necessariamente, para se obedecer a proporcionalidade entre as chapas, estas devem ser inscritas com no mínimo 30% de mulheres.

12. O Encontro Nacional elegerá por chapas, logo após eleger o Conselho Deliberativo Nacional, uma Comissão Dirigente Nacional composta por 30 membros, dentre os integrantes daquele Conselho. Esta Comissão Dirigente Nacional constituirá formas

adequadas para sua organização interna, tomando como referência as necessidades gerais de condução política e as funções específicas de todos os seus membros.

QUESTÃO PENDENTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO DO DN: a Comissão Dirigente Nacional subordina-se ao Conselho Deliberativo Nacional

13. No mínimo 30% do Conselho Deliberativo Nacional e da Comissão Dirigente Nacional serão compostos por mulheres.

14. Em todas as eleições observar-se-ão as seguintes normas no que tange as chapas:

a) Proporcionalidade direta entre as chapas;

b) Possibilidade de inscrição de Chapas incompletas.

15. O Conselho Deliberativo Estadual será composto, neste seu primeiro mandato provisório, da seguinte maneira:

a) 1 por X filiados presentes na hora da votação ou fração aberta em baixo e majoritária em cima de cada Micro-Região eleitos nos fóruns das Micro-Regiões;

b) O líder mais 1 por 5 membros da Bancada Estadual ou fração aberta em baixo e majoritária em cima indicados por esta;

c) Sobre representação setorial: 1 por setor que fizer Encontro Estadual e obtenha um quorum mínimo de X e mais um por Y delegados deste setor presentes no Encontro Estadual.

d) Aos 40% escolhidos por chapas pelos processos acima observando-se o mínimo de 30% de mulheres juntar-se-ão 60% eleitos por chapas e por candidaturas avulsas (quer dizer, nominais) no próprio Encontro Estadual;

e) os respectivos Diretórios Regionais atuais quantificam as variáveis acima.

16. O Encontro Estadual elegerá por chapas, logo após eleger o Conselho Deliberativo Estadual, uma Comissão Dirigente Estadual, composta por X membros, dentre os integrantes do Conselho (não podendo o valor de X ultrapassar 20% do número de membros deste Conselho). Valem, por analogia, as mesmas disposições dos itens 12 a 14 acima.

17. O Conselho Deliberativo

Municipal será composto, neste seu primeiro mandato provisório, da seguinte maneira:

I - Para municípios que atualmente têm Diretórios Zonais:

a) 1 por X filiados presentes na hora da votação de cada zonal ou fração aberta em baixo e majoritária em cima, eleitos nos Encontros Zonais, sendo o valor de X arbitrado pelos DMs atuais;

b) O líder mais 1 por 3 membros da Bancada Municipal ou fração aberta em baixo e majoritária em cima, indicados por esta;

c) 1 por Núcleo regularmente registrado no Partido até 5 de Março de 92 escolhido em reunião plenária do núcleo com a presença mínima de X nucleados no momento da votação;

d) Aos 40% escolhidos por chapas pelos processos acima observando-se o mínimo de 30% de mulheres juntar-se-ão 60% eleitos por chapas e por candidaturas avulsas (quer dizer, nominais) no próprio Encontro Municipal;

e) É vedada a dupla participação com direito ao mesmo tipo de voto.

II - Para municípios que atualmente não têm Diretórios Zonais o Conselho Deliberativo será composto:

a) por Y membros eleitos no próprio Encontro e nos Núcleos na proporção de 1 por núcleo com a presença de X nucleados, sem dupla participação com direito ao mesmo tipo de voto;

b) o líder mais 1 por 3 membros da Bancada Municipal ou fração aberta em baixo e majoritária em cima indicados por esta;

c) Aos indicados pelos Núcleos e pela Bancada juntar-se-ão uma outra quantidade de membros eleitos no Encontro. Esta proporção será definida pelo Diretório Municipal atual, não podendo ser a parcela eleita no Encontro inferior a 60%.

18. O Encontro Municipal elegerá por chapas, logo após eleger o Conselho Deliberativo Municipal, uma Comissão Dirigente Municipal composta por X membros, dentre os integrantes do Conselho (não podendo o valor de X ultrapassar 20% do número de membros deste Conselho). Valem, por analogia, as mesmas disposições dos itens 12 a 14 acima.

19. Participam dos Encontros Municipais, em municípios que atualmente não têm Diretórios Zonais, bem como dos Encontros Zonais, todos os filiados em dia com a sua contribuição financeira.

20. Participam dos Encontros

Municipais, em municípios que atualmente têm Diretórios Zonais:

a) Delegados eleitos nos Núcleos registrados até 5 de Março de 1992 nos atuais Diretórios Municipais, na proporção de 1 para 9 nucleados, presentes no momento da eleição. A partir do primeiro delegado observar-se-á a fração majoritária. Para tais efeitos considerar-se-á a nova definição de núcleo aprovada pelo I Congresso.

b) Delegados eleitos nos Encontros Zonais na proporção de 1 por 9 presentes mais 1 por 300 filiados ou fração aberta em baixo e majoritária em cima, observando-se o quorum mínimo de 9 presentes.

21. Os delegados dos Encontros Zonais e dos Núcleos aos Encontros Municipais serão eleitos por chapas e por candidaturas avulsas, valendo o disposto no item 14 acima e 22 abaixo.

22. Quando houver eleição por chapas e por candidaturas avulsas (isto é, nominais) observar-se-á a proporção de 80% e 20% para instâncias nacionais e 70% e 30% para as demais instâncias, respectivamente.

23. São considerados Setores, para efeito dos presentes critérios: Sindical, Agrário, Mulheres, Negros, Ecologia, Portadores de Deficiências, Saúde, Assuntos Indígenas, Educação, Juventude, Transporte-Moradia-Associações de Moradores e Aposentados-Pensionistas. Os Setores terão, transitóriamente, âmbito estadual, podendo ser regionalizados, isto é, divididos por regiões dentro de um mesmo estado, por decisão da Executiva Estadual, ouvida a CEN, mantendo o mesmo quorum por Encontro realizado.

24. Participam dos Encontros Estaduais:

a) Delegados eleitos nos Encontros Setoriais na proporção de 1 para 20 presentes no momento da votação e fração aberta em baixo e majoritária em cima, observando o quorum mínimo. Para Portadores de Deficiência e Assuntos Indígenas vale a metade deste quorum;

b) Delegados eleitos nos Encontros Municipais de municípios que atualmente não têm Diretórios Zonais e nos Encontros Zonais na proporção de 1 para 20 presentes e mais 1 para 600 filiados e fração aberta em baixo e majoritária em cima, observando o quorum mínimo;

c) Delegados eleitos nos Núcleos registrados até 5 de Março de 1992 na proporção de 1 para 20 nucleados e fração aberta em baixo e majoritária

em cima presentes no momento da eleição, observando o quorum mínimo. Para tais efeitos também será considerada a nova definição de Núcleo aprovada pelo I Congresso. Observar-se-á o quorum mínimo de 9 nucleados petistas no momento da eleição.

25. Os delegados dos Encontros Setoriais, Municipais, Zonais e dos Núcleos aos Encontros Estaduais serão eleitos por chapas e por candidaturas avulsas, valendo o disposto nos itens 14 e 22 acima.

26. Participam do Encontro Nacional:

a) Delegados eleitos nos Encontros Setoriais na proporção de 1 para 75 presentes. Para Portadores de Deficiência e Assuntos Indígenas o quorum é de 15 presentes;

b) Delegados eleitos nos Encontros Municipais em municípios que atualmente não possuem Diretórios Zonais e nos Encontros zonais, na proporção de 1/12 avos do total de delegados eleitos ao Encontro Estadual, sendo que para eleger o primeiro delegado exige-se o quorum de 75 votantes;

c) Delegados eleitos nos Encontros Estaduais na proporção de 1 para 75 presentes e 1 para 2 mil filiados ou fração aberta em baixo e majoritária em cima;

d) Delegados eleitos nos Núcleos analogamente ao disposto no item 26.b. Para tais efeitos considerar-se-ão os núcleos registrados no Partido até 5 de Março de 1992 levando-se em conta a nova definição de núcleo adotada pelo I Congresso.

d) Em todas as eleições acima serão consideradas as frações abertas em baixo e majoritárias em cima, respeitando o quorum mínimo.

27. Os delegados dos Encontros Setoriais, Municipais e Zonais e Estaduais ao Encontro Nacional serão eleitos por chapas e por candidaturas avulsas (nominais), valendo o disposto nos itens 14 e 22 acima.

28. As Macro-Regiões Nacionais (englobando um ou mais estados da federação) serão constituídas, a partir de uma divisão proposta pelo atual Diretório Nacional, pelos delegados eleitos ao Encontro Nacional integrantes da Macro-Região.

29. O Conselho Deliberativo Nacional, eleito em junho de 1992, elegerá entre seus membros uma Comissão Eleitoral, subordinada à Direção Nacional, encarregada de acompanhar as eleições de 92 e coordenar o pro-

cesso das eleições de 94 levando em conta a existência do Grupo de Trabalho das Eleições de 92 já em funcionamento.

30. Os atuais Diretórios Municipais deverão obrigatoriamente convocar, nos casos previstos, prévias com eleição em urna para escolha de candidaturas majoritárias às próximas eleições. A regulamentação das prévias encontra-se no REGULAMENTO ELEITORAL aprovado pelo Diretório Nacional em 1 e 2 de Fevereiro de 1992.

31. O filiado desempregado deverá solicitar a dispensa da contribuição financeira devida até 15 de Março de 1992 junto ao seu atual Diretório Municipal ou Zonal, devendo ser afixada obrigatoriamente na sede do Diretório a lista dos desempregados aptos a votar nos Encontros até o dia 20 de Março.

32. Os Encontros Setoriais que se reúnem em 28 e 29 de março, transitóriamente somente em âmbito estadual, discutem e votam a política específica para o setor e a política geral do Partido. Não discutem tática eleitoral. Elegem delegados para o Encontro Estadual e para o Encontro Nacional. Os setores avisam aos Diretórios Municipais de origem quais filiados participaram do Encontro Setorial. Estes, se participarem dos Encontros Municipais, tem direito a voz e voto apenas quanto à tática eleitoral, escolha de candidatos e eleição do Conselho Deliberativo Municipal e da Comissão Dirigente Municipal. Não votam, nem contam para quorum na eleição de delegados.

33. O quorum dos Encontros Municipais e Zonais é 10% do número mínimo de filiados exigidos por lei.

34. A Comissão do Regimento Interno do DN elaborará uma cartilha com o objetivo de tornar acessível a todos os filiados as normas acima.

ADENDOS:

1 - A prévia realizada em Goiânia para escolha do candidato a Prefeito do PT foi considerada válida pelo Diretório Nacional.

2 - No Distrito Federal os Diretórios e Encontros Zonais são considerados Municipais.

São Paulo, 1 e 2 de Fevereiro de 1992.
Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Justiça à Leonor Zamora

A Direção Nacional do PT enviou esta carta ao embaixador do Peru, Antonio Belaunde, no dia 5 de fevereiro, exigindo a apuração dos fatos que envolveram o assassinato de Leonor Zamora.



"Inquietos com a contínua ausência de explicações convincentes por parte do Governo da República do Peru para o assassinato de Leonor Zamora Concha, ocorrido há quase dois meses numa região que está sob "Estado de Emergência", nos dirigimos ao Sr. Embaixador solicitando **apuração imediata do assassinato e punição a todos responsáveis.**

Lembramos que Leonor, 44 anos, mãe de quatro filhas, dirigente do Partido dos Trabalhadores do Peru, fora prefeita de Huamanga (1983-1986), e tornara-se ativista internacionalmente reconhecida dos Direitos Humanos. "Foi ela quem denunciou as primeiras violações dos Direitos Humanos que se registraram nesta cidade", diz o Sr. Enrique Bernales, Senador e Delegado do Peru para os Direitos Humanos na ONU.

Estamos informados da constituição de uma Comissão Independente de Investigação no Peru integrada por um conjunto de personalidades democráticas. Não ignoramos que as evidências até o momento, seja pela imprensa peruana, apontam para um grupo paramilitar operando em Ayacucho sob as vistas cegas das autoridades locais. Os três indivíduos que covardemente atiraram pelas costas numa mulher desarmada, Leonor, estavam a 50 metros da Delegacia de Polícia de Huamanga!

E por isso que a manutenção desta situação de inaceitável ausência de uma investigação séria da parte das autoridades peruanas só poderá nos levar a uma conclusão: sua cumplicidade com o des-

respeito ao direito elementar da vida.
Diretorio Nacional do PT

Uma delegação de deputados federais do PT, do PSB e PDT, representantes do PT e do PCdoB e sindicalistas foi recebido pelo embaixador do Peru, Sr. Antonio Belaunde, no dia 21 de janeiro. Eles entregaram ao embaixador uma petição que exigia a apuração dos fatos e punição dos culpados. Diante do exposto pela delegação e a partir da leitura do documento o embaixador declarou: "você não conhecem a realidade peruana". Belaunde dispôs-se a fazer chegar a petição a seu governo mas afirmou não acreditar no esclarecimento do caso: "é um caso entre 25 mil outros que ocorreram no Peru".

Solidariedade

O companheiro Gilberto Carvalho, secretário nacional de formação política, integrante do "vôo da solidariedade", que partiu no último dia 7 para Cuba, foi portador desta carta de Lula a Fidel

Prezado Amigo,

Nosso companheiro, Gilberto Carvalho, membro da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores integra o vôo de solidariedade na condição de representante oficial de nosso Partido. Nesta viagem, outros membros do PT estarão presentes.

Sua presença na delegação brasileira, expressa o apoio de nosso Partido à luta de Cuba em defesa de sua Soberania e autodeterminação e contra o bloqueio econômico.

Esperamos que iniciativas como esta possam mobilizar os povos da América Latina para conter a política agressiva dos Estados Unidos.

Acompanhamos com vivo interesse e emoção os esforços do povo cubano para vencer as dificuldades com as quais se defronta hoje e esperamos que o país possa superar a sua crise econômica e vencer seus atuais desafios.

Na expectativa de encontrá-lo em breve para uma troca de opiniões, envio o meu abraço solidário.

Do amigo e companheiro

Luís Inácio Lula da Silva

Sem clemência

Nota do DN enviada ao governo cubano

Tomamos conhecimento do fuzilamento do terrorista Eduardo Diaz Betancourt, condenado à morte há alguns dias pela justiça cubana. O Partido

dos Trabalhadores, ao longo dos seus doze anos de existência, tem sido intransigente defensor das conquistas sociais da Revolução Cubana e da soberania e autodeterminação de Cuba ameaçadas pela arrogância das sucessivas administrações norte-americanas que buscam desestabilizar o governo através do bloqueio econômico e de ações de sabotagem.

O comando terrorista do qual Diaz Betancourt fazia parte só pôde operar graças à colaboração ou conivência dos serviços de inteligência dos EUA que transformaram Miami em uma plataforma de ações contra a Revolução Cubana.

Consideramos, no entanto, que houve severidade exagerada na aplicação da pena e lamentamos que o governo cubano não tenha atendido os pedidos de clemência vindos de todo mundo, inclusive de muitos amigos da revolução. O PT tem lutado sistematicamente contra a pena de morte e não poderia neste momento omitir-se diante de uma decisão que só contribui para fortalecer aqueles que buscam o isolamento internacional de Cuba.

São Paulo, 21 de janeiro de 1992.

Luís Inácio Lula da Silva

Marco Aurélio Garcia

Secretário de Relações Internacionais.

"Vitória de todos"

O senador Eduardo Suplicy esteve em El Salvador representando o PT na comemoração do fim de uma guerra que durou 12 anos. Uma guerra entre irmãos que só poderia terminar com a derrota de todos ou com a vitória de todos.

"Desde o momento em que encontrei os membros de Comandancia General da FMLN na cidade do México, seguindo com eles para a festiva e emocionante chegada em San Salvador, durante a instalação da Comissão Nacional para a Consolidação da Paz, no TeDeum e na grande festa de frente à Catedral Metropolitana onde foi assassinado Dom Romero, expressei a solidariedade pessoal de Lula e de todo o PT à Frente Farabundo e ao povo salvadorenho. Na Praça Cívica, no maior ato político da História de El Salvador a FMLN apresentou-nos em nome de Lula e do PT.

Foram densos e de grande aprendizado estes dois dias. Não será fácil para os salvadorenhos esquecerem quase doze anos de guerra em que 75 mil pessoas morreram. Os salvadorenhos,

como disse Joaquim Villalobos, o comandante que falou na Copaz em nome da Frente, surpreenderam o mundo com a capacidade de fazer a guerra com uma resistência própria e novamente com a solução do conflito entre irmãos, em que todos saíram ganhando. 'Uma guerra entre salvadorenhos estava condenada a ser perdida por todos ou a ser vencida por todos. Com os acordos, todos vencemos.'

Os salvadorenhos passaram a mais dura prova de sua história. Agora se lançam a trabalhar, ressaltou Villalobos, pelo futuro para deixar de serem os tristes mais tristes do mundo e começar a viver com felicidade."

Eduardo Suplicy

Venezuela

Cartas aos amigos

OPT enviou cartas ao MAS, Movimento al Socialismo, e à Causa R, partidos venezuelanos que integram o Fórum de São Paulo, em solidariedade com o povo venezuelano e repudiando a tentativa de golpe que pretendia a instalação de um regime militar nesse país. Manifestamos, também, nossa preocupação com a instauração de uma série de medidas de caráter repressivo como a decretação do estado de emergência, a suspensão das garantias constitucionais e a censura à imprensa.

Por outro lado, compartilhamos as exigências que estes partidos de oposição fazem ao governo de mudança da política econômico-social que, de acordo com o figurino neoliberal tutelado pelo FMI, descarrega todo o peso da crise na classe trabalhadora e em setores populares.

Os acontecimentos da Venezuela são um sinal de alerta para toda a América Latina, onde governos de diferentes natureza política aplicam o remédio FMI sem preocupação alguma com os efeitos colaterais: o que é caldo de cultura para qualquer aventura antidemocrática.

Integração e desenvolvimento

Será realizado em Lima, de 26 a 29 de fevereiro de 92 o Seminário "Integração e Desenvolvimento Alternativo na América Latina", atividade programada na II Reunião de Partidos Políticos do Fórum de São Paulo.

O Seminário tratará sobre projetos alternativos de integração latino-americana e contará com a participação de especialistas, sindicalistas e dirigentes políticos.

Os companheiros Marco Aurélio Garcia, Jorge Mattoso, Dulce Pereira e Neusinha Santos participarão representando o PT.

A organização do seminário está a cargo das forças políticas peruanas presentes na reunião do México.

Em "linhas gerais"

O 1º Congresso aprovou uma série de emendas que se somam a uma série de "novidades" propostas pela tese-guia. Está aprovado, em linhas gerais, que os militantes dos movimentos sociais, incluindo aí os dos movimentos populares se organizarão em coordenações setoriais em todos os níveis, com responsáveis eleitos pelas plenárias setoriais respectivas, conferindo-lhes maior legitimidade e capacidade real de direção.

Os diretórios deverão ter sua composição em forma de eleição profundamente alterados. As representações setoriais deverão ser parte integrante

das direções.

Segundo o que foi aprovado no Congresso "a unificação partidária deve ter início desde já, envolvendo não apenas um trabalho de fortalecimento, criação e resurgimento de Núcleos por Categoria e Local de Trabalho, e a criação de plenárias e coordenações setoriais com **Atribuições Dirigentes**, mas principalmente, **a Elaboração e a Apresentação de um Programa Petista para Movimentos Sociais**". Estes e outros pontos aprovados indicam tanto a forma de organização dos militantes dos movimentos populares como as tarefas e o papel que deverão desempenhar. Mesmo assim, o que foi

aprovado foram linhas gerais e em alguns casos houve aprovação de linhas gerais conflitantes umas com as outras. A interpretação e a regulamentação de uma série de "linhas gerais" ainda terá que ser feita.

Será o Encontro Nacional de 18, 19, 20 e 21 de junho que aprovará o novo Estatuto do PT (em substituição ao antigo Estatuto e ao antigo Regimento Interno), além de outras atribuições.

Torna-se imprescindível portanto que os petistas militantes dos movimentos populares promovam reuniões para estudar e discutir o que foi aprovado no 1º Congresso e participem ativa e deci-

didamente nos encontros municipais e estaduais com propostas concretas de organização e atuação dos setoriais a nível de município e estado. É necessário definir claramente quais são as atribuições, por exemplo, de um núcleo de portadores de deficiência e de uma Coordenação Setorial de portadores de deficiência.

Por outro lado, é fundamental garantir que os coordenadores setoriais a cada nível (municipal, estadual e nacional) sejam eleitos diretamente em Plenárias Setoriais no respectivo nível e que esses Coordenadores integrem a direção do partido em seu nível.

(SH)

O Papel Estratégico do Movimento Popular

Documento final aprovado na Plenária Setorial de Movimentos Populares do 1º Congresso, que deverá ser amplamente discutido no partido e apresentado no próximo Encontro Nacional

Ainda que o Movimento Popular tenha sido uma das vertentes formadoras do PT, foi apenas no nosso V Encontro Nacional que apareceu claramente enunciado o papel estratégico do movimento popular na luta pelo socialismo no Brasil. Porém, é necessário resgatar cotidianamente o conteúdo deste enunciado, o potencial transformador e revolucionário que os movimentos populares têm em sua crítica à sociedade. Até o presente momento o PT ainda relega ao segundo plano o papel do movimento popular, reafirmando a visão tradicional de que somente o movimento sindical e operário seria portador de potencial revolucionário e o Partido o único condutor da revolução.

É preciso resgatar que cada movimento popular, ao buscar soluções para os seus problemas concretos, denuncia as permanentes formas históricas de reprodução das desigualdades, miséria, injustiça e opressão do sistema capitalista.

O movimento popular urbano traz à luz de uma nova compreensão da realidade da exploração capitalista. A acumulação capitalista não se dá apenas na produção, mas também, e cada vez com maior peso, na produção capitalista da reprodução social, isto é, a produção capitalista da cidade, dos transportes, da saúde, educação,

etc.

Esta análise que resgata a evolução da realidade brasileira, aliada ao projeto neo-liberal apresentado como a solução capitalista para a crise, ao propor a fórmula de "mais mercado/ menos estado", e aliada à crise dos regimes socialistas burocráticos, que evidenciou as graves consequências de se tentar fazer as transformações sociais através de uma ação de tutela do estado e do partido sobre a sociedade, em detrimento da auto-organização da sociedade civil, exige do PT a elaboração e participação do movimento popular de forma orgânica na busca da transformação cotidiana da sociedade rumo à construção do socialismo.

Portanto, afirmar o papel estratégico do Movimento Popular significa:

a) Reconhecer o seu peso estratégico no enfrentamento das estruturas de dominação do sistema capitalista e de todas as relações de opressão, discriminação e exclusão que ele cria no cotidiano da vida das pessoas;

b) Afirmar o seu papel na melhoria da qualidade de vida da população; na superação das diversas formas de opressão e discriminação sobre distintos segmentos sociais; no resgate da cidadania de milhares de "excluídos" através da conquista dos direitos sociais; na construção de múltiplos sujeitos políticos coletivos, capazes de vitalizar a organização da sociedade, resgatar e redefinir a função social do Estado, assegurando o controle da sociedade sobre suas ações;

c) Construir um movimento popular a partir do seu caráter massivo e combativo e praticando os princípios da **autonomia, democracia e representatividade**;

d) Combinar sempre ações de mobilização, organização e formação e interferir nos planos econômicos, social, político e ideológico-cultural.

A partir desta concepção geral, é preciso apresentarmos com clareza os principais desafios colocados para o Movimento Popular na atual conjuntura de nosso país:

1) Constituir-se num vigoroso movimento de massas capaz de enfrentar a situação criada pelas elites dominantes: o maior arrocho salarial e os mais altos índices de desemprego das últimas décadas; a ausência de uma política habitacional; a falência do sistema de saúde; as ameaças de privatização do ensino, as tentativas de implantação da pena de morte; o extermínio crescente de crianças e adolescentes; o aumento da violência no campo; o clientelismo como critério dos programas sociais; a corrupção a prepotência e o autoritarismo que caracteriza o atual governo;

2) Avançar para além do âmbito local isolado, e corporativista de suas lutas e que unifique as lutas gerais dos movimentos específicos. Para isso é necessário que nosso partido se transforme em formulador efetivo e orgânico de políticas de ação de seus militantes para o setor.

Várias iniciativas vindas do movimento popular já apontam concretamente nesta direção. Duas delas merecem destaque pelo PT:

a) o projeto de emenda popular que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular, sob controle da sociedade civil;

b) a proposta de construção de uma Central de Movimentos Populares, que englobe os diversos movimentos, unificando suas lutas mais amplas em princípios e ações nacio-

nais comuns, respeitando a autonomia de cada movimento.

É necessário que o PT durante o ano de 1992 aprofunde a discussão sobre as formas e instrumentos de unificação dos movimentos e lutas, para que com base numa resolução partidária, possa orientar a militância quanto a pertinência ou não da proposta de construção da Central de Movimentos Populares e do ano de 1993 para data de sua fundação.

3) Desenvolver intercâmbio de experiências e lutas comuns entre os trabalhadores do campo e da cidade, sobretudo no que se refere à luta pela terra: **terra para plantar, terra para morar**, como tradução concreta já em curso nos dois eixos centrais da luta pela Reforma Agrária e Reforma Urbana.

4) Avançar na elaboração de propostas alternativas de políticas do ponto de vista dos interesses populares. Criar formas de pressão, que deve incluir os mecanismos de iniciativa popular conquistados nas Constituintes, de forma que estas propostas possam se transformar em conquistas reais que permitam uma alteração efetiva da qualidade de vida da maioria da população;

5) Ampliar a esfera de intervenção das lutas do Movimento Popular de tal forma que ele possa exercer sua ação tanto na esfera do Municipal, quanto Estadual e Federal;

6) Somar-se a outras entidades da sociedade civil em torno de eixos de lutas globalizadores, tais como: **ecologia, reforma urbana, democratização da comunicação/informação, reforma agrária, respeito às diversidades étnico-culturais, dívida externa, distribuição de renda, contra a recessão e o desemprego**;

7) Avançar na elaboração de uma concepção de comunicação que possibilite a democratização da informação a partir de mecanismos concretos. Democratização significa que a produção, linguagem e a concepção da informação devem ser responsabilidade das comunidades e movimentos a que ela se dirige. Os mecanismos concretos são as rádios-livres, os jornais de movimentos, redes de vídeo-popular e outras formas alternativas.

8) Avançar na compreensão de que as lutas contra as diversas formas de opressão e discriminação (das mulheres, dos negros, dos índios, dos portadores de deficiência, e outros) se organizam a partir destes segmentos específicos, mas precisam ser entendidas, estar articuladas, ser assumidas pelo conjunto do Movimento Popular e demais forças da sociedade (o Movimento Popular precisa aprofundar a compreensão das consequências da nova ordem internacional para o Brasil e para a América Latina e entender a **solidariedade entre os povos** destes países como uma dimensão estratégica da sua ação);

10) O Movimento Popular precisa criar novas formas de relação com

o Movimento Sindical e com os partidos, que recusem definitivamente qualquer concepção de subordinação e afirmem a prática de complementaridade a partir de papéis específicos.

Em relação ao Movimento Sindical, é preciso caminhar sobretudo na recíproca compreensão de que a construção de políticas sociais na área de educação, saúde, habitação, transportes, cultura e outros, são de interesse comum do Movimento Popular e sindical e, portanto, requerem uma ação conjunta, ampliando a compreensão do trabalhador como produtor e cidadão.

Em relação ao Partido, é preciso recusar qualquer tipo de prática de "partidarização do Movimento Popular" e, portanto, de desrespeito à sua autonomia.

11) É preciso, também, afirmar a importância do PT como formulador de políticas para a ação unificada de seus militantes no Movimento Popular. Isto se concretiza através de uma nova concepção e prática da relação **partido/movimento** que reconheça a mútua contribuição e o papel específico de cada um. Nessa linha o Partido ao dialogar com os movimentos soci-

ais recolhe experiência e contribuições importantes para a formulação da sua estratégia política mais geral. Ao mesmo tempo, ele devolve aos movimentos formulações políticas globais que contribuem para ampliar e melhor qualificar algumas de suas lutas

12) Por fim, afirmar o papel estratégico do Movimento Popular requer pensar sua relação com o Estado na perspectiva de ir construindo desde já nosso projeto de um Socialismo Democrático. Isto pressupõe o fortalecimento de todas as formas de auto-organização que o povo vai criando para fazer valer a sua condição de cidadão e na perspectiva de interferir na definição, controle e fiscalização das políticas do Estado em todos os níveis.

Por isso, é preciso entender e estimular a dimensão estratégica dos diversos mecanismos de Participação Popular, na perspectiva de reforçar a organização autônoma e independente da sociedade civil e ao mesmo tempo provocar uma radical democratização de ação do Estado.

Para avançarmos nessa direção é importante que os movimentos populares aprofundem sua organização

setorial e específica e, ao mesmo tempo, criem formas de articulação entre si e de unificação de suas lutas, de forma a poderem atuar em relação ao conjunto da política do Estado, propondo alternativas globais às suas políticas. Do ponto de vista da luta permanente pela democratização das instâncias do Estado, a política de inversão de prioridades, a socialização "pedagógica" das informações e a criação de canais institucionais de participação popular são exigências para a ação de governos democráticos e populares. Onde eles não forem uma realidade cabe aos movimentos populares e à sociedade civil propor e "arrancar" ações dos governos e espaços onde seja possível a participação popular na definição das ações do Estado.

Em síntese, ao impulsionarmos os movimentos populares nesta perspectiva estratégica, estaremos contribuindo desde já na criação de uma cultura democrática que é elemento indispensável à eficácia histórica das transformações sociais que pretendam ter o povo como sujeito político e histórico principal.

São Bernardo do Campo,
1 de dezembro de 1991.

Novos (e velhos) desafios para os militantes dos Movimentos Populares

O 1º Congresso do PT apresentava um desafio para a Secretaria Nacional de Movimentos Populares: garantir que os petistas militantes nesta área tivessem uma oportunidade real de participação e interferência nas várias fases do Congresso.

Aparentemente, bastaria que os militantes dos movimentos populares participassem dos encontros zonais e municipais. Mas a questão não é tão simples. Os petistas que atuam nos movimentos populares estavam cada vez mais afastados das instâncias partidárias. O PT- com raras e honrosas exceções- pouco priorizou a atuação nesta frente. As tendências internas idem. E há a dificuldade de trabalhar com os "secretários de Movimentos Populares"- estaduais ou municipais- que, em sua maioria, têm pouco a ver com o movimento, são companheiros que entram nas Comissões Executivas em função da divisão do bolo entre as tendências e lá atuam basicamente na defesa das posições políticas de suas correntes, sem maior compromisso com a intervenção petista junto aos movimentos.

O início do processo de prepara-

ção do 1º Congresso levou a SNMP a apresentar propostas junto ao grupo designado pela Comissão Executiva Nacional que elaborava critérios de participação no evento. A importância política da garantia de espaços- voz ativa- aos militantes dos movimentos populares no nosso Congresso exigia que se encontrasse fórmulas novas e ousadas.

Velhos hábitos

Foi uma árdua batalha, em nível nacional e nos estados. Mais difícil foi mostrar ao Diretório Nacional- que discutiu e aprovou os critérios de participação no Congresso- a importância e a justeza das propostas que apresentávamos. Não é fácil brigar com uma certa cultura petista e as "novidades" pareciam aceitáveis. As brincadeiras- "criar um setor de gordos", "criar um setor de baixinhos"- mal disfarçavam a resistência diante das mudanças.

As propostas da SNMP foram rejeitadas pelo DN. Depois de muitas negociações, chegou-se aos critérios já conhecidos e que foram aplicados no 1º Congresso. O resultado: os en-

contros setoriais foram um fiasco em todo o país. Com heróicas excessões. Proposta incorreta? Falta de vontade política? Boicote das direções? Militantes que não acreditam mais no PT? Falta de dinheiro? A direção se viu confrontada com essas questões, que obrigavam a uma reflexão.

Além dos critérios de participação, os velhos hábitos e velhas concepções entraram em choque com a proposta da SNMP que buscava garantir às instâncias partidárias das frentes de massas o direito de produzir documentos que fossem discutidos não só no Congresso, mas em toda a fase preparatória. Com a pauta do Congresso já definida- deixando de fora as políticas setoriais- a saída foram os **Cadernos do 1º Congresso**, elaborados pelas secretarias nacionais do PT. Os temas não seriam discutidos no Congresso- oficialmente-, mas serviriam de subsídio às discussões. A SNMP preparou o caderno nº 1- **O PT e os Movimentos Populares**, distribuído em julho de 91, com tiragem de 10 mil exemplares.

O processo

Nos dois dias que antecederam o

1º Congresso, a SNMP realizou uma Plenária Nacional Ampliada, no Instituto Cajamar (SP), com a participação dos secretários estaduais, das ordenações das sub-secretarias e de delegados eleitos ao Congresso com militância no movimento popular. A discussão deu-se em torno do documento a ser apresentado à Plenária Setorial de Movimentos Populares do 1º Congresso. Foram discutidas e elaboradas, ainda, as emendas que seriam apresentadas nos grupos de trabalho do 1º Congresso. Foram convidados representantes das 14 teses inscritas ao Congresso, para que as emendas pudessem ter a mais ampla discussão, garantindo sua aprovação.

A plenária de Cajamar contou com a presença de 43 companheiros e companheiras de 11 estados e com representantes de todas as sub-secretarias nacionais.

O resultado foi um clima raro no PT: um altíssimo astral, um sentimento coletivo de unidade em torno do objetivo maior. Apesar das diferenças- signatários e apoiadores de seis teses diferentes e muitos independente- tínhamos em comum a militância

no PT e no movimento popular.

O Congresso

O clima coletivo, fraterno, construtivo, foi levado por esses integrantes da plenária para o 1º Congresso e foi-se ampliando, gradativamente, para dezenas, centenas de delegados. Fomos nos conhecendo, em muitos casos, ali na hora. Fizemos três plenárias setoriais com a presença de cerca de 150 delegados. Além da discussão e aprovação do documento oficial, nos organizamos para a apresentação e defesa das nossas emendas nos grupos de trabalho. Sucesso: na maioria dos grupos, as propostas foram aprovadas.

O momento seguinte foi novamente difícil. Antes das votações, uma comissão composta por representantes das 14 teses analisavam as emendas para facilitar os encaminhamentos do processo de deliberação em plenário. Nossas emendas- propostas não por uma tese ou uma tendência, mas fruto de uma elaboração coletiva e plural- credenciaram a Secretaria Nacional de Movimentos Populares a participar desta comissão quando da discussão das nossas emendas. Esse reconhecimento ao trabalho de uma instância partidária foi uma grande vitória.

As emendas- com excessão de uma- foram aprovadas por consenso na comissão e, posteriormente, em plenário. A emenda da SNMP que tratava de reorganização partidária não foi levada à votação porque trazia um erro de fundo: era enorme, tratava de muitos pontos e de forma interligada, o que a inviabilizava. Assumimos o erro, fruto da inexperiência.

Com todas as dificuldades e limitações já enumerados, nossa avaliação é de que pela primeira vez a SNMP conseguiu ter uma atuação organizada e unitária num fórum do partido. Por isso, fomos reconhecidos e respeitados como militante que existem, acreditam e investem no Partido dos Trabalhadores.

Mas isso foi um pequeno passo dentro da longa caminhada. É preciso levar esse processo a cada município. Precisamos, mais do que nunca, conquistar e consolidar nossos espaços de atuação política nas instâncias partidárias e nos movimentos. Devemos abandonar a posição confortável de eternos críticos do PT- como se estivéssemos fora do par (não fosse composto por todos nós.

A participação da SNMP no 1º Congresso mostra que investir de fato no PT é com certeza o caminho para sermos reconhecidos e respeitados por nossa atuação e pelo papel estratégico dos movimentos populares.

Sonia Hipolito

RESUMO DO BALANCETE DE 1991

DESPESAS	Cr\$	%
1. Despesas com pessoal	175.410.662,17	21,54
2. Manutenção da sede	44.960.248,89	5,52
3. Transporte	53.201.183,12	6,53
4. Alimentação e hospedagem	10.925.727,01	1,34
5. Móveis e utensílios	4.498.074,53	0,55
6. Material gráfico	4.167.391,53	0,51
7. I Congresso do PT	230.404.501,57	28,29
8. Boletim Nacional	3.060.515,25	0,38
9. Programa de radio e TV	12.138.000,00	1,49
10. Jornal Brasil Agora	46.645.841,56	5,73
11. Rapidinha	15.658.339,87	1,92
12. Cheques a receber	135.120.072,80	16,59
13. Pagamento de Empréstimos	1.300.000,00	0,16
14. Agenda 92	12.135.000,00	1,49
15. Cheques renegociados	5.095.750,00	0,63
16. Valores não recebidos	569.000,00	0,07
17. Outros	78.702.352,32	9,96
Total das despesas	833.992.660,72	102,41
RECEITAS	Cr\$	%
1. Repasse Diretórios	28.165.046,23	15,74
2. Repasse Parlamentares	254.541.755,93	31,26
3. Repasse Gabinetes	52.721.396,18	6,47
4. Receitas Bancárias	3.078.222,11	0,38
5. Ressarc. Despesas	8.513.165,25	1,05
6. Agenda 92	2.821.000,00	0,35
7. Rapidinhas	14.133.814,00	1,74
8. Empréstimos	32.180.000,00	3,95
9. Cheques recebidos	96.088.516,77	11,80
10. Fundo partidário	8.039.565,11	0,99
11. Resgate Investimento	40.495.482,55	4,97
12. Boletim Nacional	745.460,00	0,09
13. Congresso	161.657.786,87	19,85
14. Outros	11.169.561,97	1,37
Total das receitas	814.350.772,97	100,00

Os valores percentuais foram calculados tendo como referência o valor total da receita.
Secretaria Nacional de Finanças

DÍVIDAS DOS DIRETÓRIOS REGIONAIS

Situação das dívidas dos Diretórios Regionais com o Diretório Nacional. Estas dívidas são relativas a cheques que "pagaram" o rateio do 1º Congresso, mas estavam sem fundos ou foram cancelados.

Segue a lista dos devedores, em valores de 25 de janeiro de 1992:

- DR/Bahia: Cr\$ 8.985.727,00
- DR/Goiás: Cr\$ 5.970.603,00
- DR/Maranhão: Cr\$ 4.275.852,70
- DR/Amazonas: Cr\$ 1.777.500,00
- DR/Acre: Cr\$ 1.550.000,00
- DR/Mato Grosso do Sul: Cr\$ 979.111,22

DÍVIDAS DOS PARLAMENTARES

Neste início de ano só resta saldar a dívida (por conta dos repasses de 30%) com o Diretório Nacional o companheiro Ricardo Moraes. Restam Cr\$ 2.125.000,00.

No entanto com a relação à contribuição dos funcionários dos gabinetes parlamentares (5%), que também é de responsabilidade do deputado, o gabinete do companheiro João Paulo Vasoncelos não contribui desde janeiro de 1991.

A contribuição do conjunto de um gabinete soma hoje cerca de Cr\$ 250.000,00, por mês.

PARLAMENTARES CONTRIBUEM COM PROGRAMA DE TV DO PT

Os programas de rádio e TV do PT que foram ao ar dia 6 de fevereiro custaram ao partido US\$ 60 mil. Foram produzidos pela TVT (Rede de Comunicação dos Trabalhadores) a toque de caixa, uma vez que o TSE não aceitou a solicitação de transferi-los para outro mes.

Como o tema do programa de TV era "O Modo Petista de Governar", equipes de cinegrafistas e repórteres tiveram que percorrer diversos estados para registrarem as realizações de nossas administrações democráticas e populares. Isto ocasionou, em passagens e outras despesas um custo adicional de Cr\$ 3 milhões.

A Secretaria Nacional de Finanças, que no mes de janeiro esteve empenhada em pagar as despesas residuais do 1º Congresso do PT, na ordem de US\$ 100 mil, propôs aos parlamentares federais que contribuíssem, cada um, com uma cota adicional ao repasse obrigatório de 30%. Vinte e oito parlamentares do PT atenderam a necessidade do partido e repassaram à tesouraria nacional o valor de Cr\$ 1 milhão cada. Este valor o PT devolverá aos companheiros em 5 parcelas, de Cr\$ 200 mil cada, sem juros e correção. Abaixo segue a relação dos parlamentares que contribuíram com esta cota extra:

- Adão Preto - RS, Agostinho Valente - MG, Alcides Modesto - BA, Aloizio Mercadante - SP, Benedita da Silva - RJ, Chico Vigilante - DF, Eduardo Jorge - SP, Ernesto Gradella - SP, Florestan Fernandes - SP, Helio Bicudo - SP, Jaques Vagner - BA, João Paulo Pires - MG, José Cicote - SP, José Dirceu - SP, José Fortunati - RS, José Genoio - SP, Luci Choinaski - SC, Luis Gushiken - SP, Maria Laura - DF, Nilmário Miranda - MG, Paulo Bernardo - PR, Paulo Rocha - PA, Pedro Tonelli - PR, Raul Pont - RS, Sandra Starling - MG, Vladimir Palmeira - RJ, Valdir Ganzer - PA, Eduardo Suplicy - SP

Violência no Amapá

Dia 22 de janeiro, 23 horas termina a sessão extraordinária da Câmara Municipal de Macapá (AP), convocada para aprovar o Regimento Interno da constituinte Municipal. O vereador do PT Pery Arquilau da Silva, 43 anos, pede uma carona ao vereador Luis Banha (sem partido) até sua casa, no bairro Jardim Felicidade II, cerca de 12 quilômetros da cidade.

Bem próximo à casa de Pery o veículo dos vereadores foi interceptado por uma Belina verde com três indivíduos armados que arrancaram os vereadores à força do Fiat em que viajavam, colocando-os na Belina.

O seqüestro foi presenciado por trabalhadores de uma obra próxima ao local e pela esposa de Pery, Rosângela Nascimento Costa, que avisou a polícia.

Os sequestradores se dirigiram a uma estrada a 30 quilômetros da cidade e no percurso amarraram Banha, "O nosso negócio é com o Pery". Quando o carro parou Banha conseguiu fugir. Pery, após ser espancado e ferido a bala nas pernas e nos braços, foi abandonado pelos seqüestradores num matagal. A polícia localizou a Belina depois que os seqüestradores já haviam deixado Pery. Na perseguição o carro dos sequestradores capotou e foram presos José Guilhermino da Silva, 24 anos, e José Raimundo Santos, 23 anos, que fraturou o fêmur. O terceiro homem, Naidson de Sá, 31 anos conseguiu fugir. Ao serem interrogados Raimundo e Guilhermino incriminaram o deputado Sérgio Barcellos, filho do governador do Estado Annibal Barcellos, proprietário da Belina, como mandante do atentado.

Interferência I

A notícia do seqüestro começou a ser veiculada pelas rádios de Macapá às 5 horas do dia 23, uma hora antes de Pery ser encontrado desmaiado no matagal. A Rádio Antena 1 que divulgou o suposto envolvimento do filho do governador teve sua energia cortada. A Rádio Difusora de Macapá (do governo estadual) teve suspensos os noticiários até segunda ordem. Jornais e emissoras de TV receberam instruções para minimizar o noticiário sobre o seqüestro.

Interferência II

Na manhã do dia 23 o depoimento de José Guilhermino foi interrompido pela primeira-dama Mariinha Barcellos

O atentado contra a vida do vereador petista Pery Arquilau não teve o desfecho esperado por seus adversários políticos e acabou por desmascarar a prática mafiosa e o abuso do poder exercido pelo grupo Barcellos. Este caso, cheio de estranhas interferências como as conferências da primeira dama com os seqüestradores no banheiro da Delegacia e o corte de energia da rádio que noticiava o suposto envolvimento do filho do governador, não pode ser esquecido.



que esteve na 1ª Delegacia Metropolitana e conseguiu falar a sós com o preso por cinco minutos. Após sua saída o preso se negou a assinar o depoimento. O mesmo ocorreu com o outro seqüestrador preso que estava internado. Após a saída da primeira-dama, recusou-se a prestar depoimento.

O terceiro seqüestrador, Naidson, tentou entregar-se na madrugada do dia 25 através de um intermediário - o prefeito de Macapá, João Alberto Capiberibe, para quem ele havia trabalhado como segurança. Do encontro na casa do prefeito participaram o presidente da OAB - AP - Adamor Oliveira, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ismael Pereira e três advogados. Naidson confirmou que o atentado fora feito a mando do deputado Sérgio Barcellos e da presidente da Câmara Municipal, Helena Guerra.

Segundo o prefeito que relatou a confissão do ex-segurança, Naidson e seus cúmplices foram contratados pelo deputado - que por diversas vezes usara os três para serviços dessa natureza - por Cr\$ 250 mil.

Interferência III

Na polícia, porém, Naidson desmentiu o que havia contado ao prefeito

e apresentou nova versão, idêntica à dos outros dois presos, de que o atentado se deveu a desavença entre José Raimundo e Pery Arquilau. A nova versão dos três seqüestradores foi apresentada depois de uma conversa de poucos minutos entre os prisioneiros e Mariinha Barcellos no banheiro da Delegacia.

Interferência IV

A condução do inquérito sofreu interferência direta do governador, através do Secretário de Segurança Pública do Estado, Hildeberto Carneiro Cruz (que esteve preso por dois anos por espancar índios quando era policial no município de Oiapoque/AP). Ele usou a imprensa local para inocentar Sérgio Barcellos antes mesmo do final do inquérito.

O relatório do delegado que presidiu o inquérito, concluído no primeiro dia de fevereiro, não cita as visitas da primeira-dama aos presos e aponta a próprio Pery como indutor do atentado por suas posições políticas.

OPT e outras entidades continuam tentando a intervenção da Polícia Federal no caso, tendo em vista o forte controle do Executivo sobre as instituições do Estado e o envolvimento de um

deputado federal. No dia seguinte ao atentado os deputados do PT, Lorival Freitas e José Genoíno foram recebidos pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, a quem entregaram um requerimento pedindo que o caso passasse às mãos da Polícia Federal. Também entregaram requerimento à Procuradoria Geral da República pedindo a designação de um procurador para acompanhar o processo.

Segundo o deputado Lorival Freitas o Ministério Público local pediu novas investigações, "mas o que mais nos preocupa é que os mandantes não foram mencionados".

As denúncias

É provável que o atentado tenha sido praticado para impedir que Pery prosseguisse com as denúncias que vinha fazendo da tribuna da Câmara sobre a corrupção na Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Pery vinha denunciando a compra de cabos de alumínio para a CEA, por preços exorbitantes, de uma farmácia de propriedade da esposa de um diretor da CEA, a compra de peças para caminhão da boutique de propriedade do tesoureiro da CEA, tudo isso durante a administração de Sérgio Barcellos que, de alguma forma, ainda controla a companhia.

Pery denunciou ainda que o então presidente da CEA, Sergio Barcellos, pagou uma empreiteira para instalar o parque de transmissão da TV Amazonas de propriedade de seu pai, Annibal Barcellos e que os atuais diretores da CEA mandaram instalar um transformador na TV Record, de propriedade do deputado, sem qualquer controle de saída do equipamento, o que caracteriza desvio de material da empresa.

Desde 1985, quando assumiu a presidência do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Amapá, Pery vem combatendo sistematicamente a corrupção existente nas empresas urbanas. Em 88 foi eleito vereador pelo PT e passou a fazer denúncias no plenário da Câmara que lhe valeram duas tentativas de agressão, a última, inclusive, em setembro do ano passado, por parte da presidente da Câmara, a vereadora do PFL Helena Guerra. Ao citar ironicamente o governador do Estado, Pery irritou a vereadora que o agarrou pela gravata. No final, ambos foram indiciados por agressão. Esta pode ter sido a gota d'água para os adversários políticos de Pery.